Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

O IMPACTO DA ECONOMIA INFORMAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSARIANA.

por Omarildo Luís da Silva

Orientador: **Prof. Adelino Torres**

JÚRI:

Presidente: **Doutor Manuel de Medeiros Ennes Ferreira**, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

- **Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães**, professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;
- **Doutor Eduardo Costa Dias**, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa.

- 2010 -

RESUMO

A economia informal é seguramente um dos grandes temas deste século.

É um fenómeno cada vez mais frequente no mundo, principalmente nos países da África Subsariana.

Na África Subsaariana o sector da economia informal advém em grande parte da má afectação dos recursos económicos e financeiros, tanto nacionais como provenientes do estrangeiro (comércio, investimentos ou ajuda), o que, em geral, teve como resultado, uma deficiente implementação das estratégias para o desenvolvimento e uma dificuldade acrescida da pretendida "modernização" do continente africano.

Sendo assim, pretende-se analisar a economia informal antes de mais como "forma de sobrevivência" perante a ineficácia do Estado, a deficiência dos mercados internos, a falta de recursos humanos adequados e a fraqueza do tecido empresarial africano, procurando demonstrar que ela é menos uma causa do que uma consequência do não desenvolvimento.

Tendo presente, as várias tentativas de aplicação de modelos económicos propostos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, procurar-se-á averiguar igualmente até que ponto a falta de indústrias, a dificuldade de modernização e de políticas económicas adaptáveis as realidades africanas contribuem para a proliferação da economia informal.

Palavras-chave: Economia Informal; Desenvolvimento; Programas de Ajustamento Estrutural; África Subsariana; Estado

Abstract

The informal economy is certainly one of the major themes of this century.

It is an increasingly widespread phenomenon in the world, mainly in Sub-Saharan African countries.

In sub-Saharan Africa the informal sector of the economy stems largely from the misallocation of economic and financial resources, both national and from abroad (trade, investment or aid), which, in general, resulted in a poor implementation of strategies for the development and an increasing difficulty of the intended "modernization" of the African continent.

Therefore, it is intended to analyze the informal economy first and foremost as "a means of survival" to the inefficiency of the State, the deficiency of internal markets, lack of adequate human resources and the weakness of African business, trying to demonstrate that it is less a cause than a consequence of not developing.

Bearing in mind, the various attempts of applying economic models proposed by the World Bank and International Monetary Fund, search will also investigate to what extent the lack of industry, of economic policies adaptable to African realities and the difficulty of modernization contribute to proliferation of the informal economy.

Key-Words: Informal Economy; Development; Structural Adjustment Programs; Sub-Saharan African; State

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS **6**
LISTA DE QUADROS **7**
INTRODUÇÃO **8**

Capítulo I – **Economia Informal no contexto da África Subsariana**..... **10**
1 – As origens da Economia Informal. **12**
2 – Definições da Economia Informal **15**
3 – O significado da Economia Informal no quadro do desenvolvimento **17**
4 – Elementos caracterizadores das economias africanas **21**
5 – A Economia Informal e o Emprego **25**
6 – Economia informal e Género **30**
7 – As Empresas informais **33**
8 – O Peso, as determinantes e os efeitos da Economia Informal **36**
9 – O Financiamento informal e as estratégias de sobrevivência **42**

Capitulo II. – **Factores condicionantes da Economia Informal na África Subsariana** **46**
1 – O impacto do Comércio, da ajuda e do endividamento na Economia Informal nos países da África Subsariana. **48**
2 - Os Programas de Ajustamento Estrutural e o Sector Informal. **51**
3 – O projecto do *"desenvolvimento sustentável da África"* no contexto da expansão da Economia Informal. **55**

Capitulo III. – **A Economia Informal e as perspectivas na 1ª Década do século XXI** **58**

1 – A importância da democracia e a sua relação com Economia Informa **60**
2 – A Expansão Demográfica Urbana e a progressão do sector informal na África Subsariana. **63**
3 – A Economia Informal no quadro da nova relação China África..... **65**

CONCLUSÕES. **69**
BIBLIOGRAFIA. **72**
ANEXOS. **80**
MAPAS DE ÁFRICA **91**

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Professor Adelino Torres, agradeço a preciosa ajuda e todas as orientações que recebi na elaboração deste trabalho.
Agradeço a todos os meus professores de mestrado e licenciatura, por alargarem os meus horizontes de conhecimentos.
Aos meus pais, agradeço por me terem trazido ao mundo.
A Ivonne Silva uma pessoa especial na minha vida, agradeço a contribuição na minha educação e formação.
A minha mulher Elizabete Oliveira, agradeço a paciência e o apoio que sempre me deu, especialmente nos momentos mais difíceis e que permitiram avançar com este projecto.
Ao meu filho Rúben Oliveira Silva, razão da minha coragem, persistência e grande vontade de vencer, o meu agradecimento especial.
Ao meu irmão e amigo Cícero Pompeu Piedade, agradeço os bons conselhos e toda ajuda que me motivaram a seguir em frente.
Ao meu colega e amigo Hamilton Neto, agradeço a colaboração especial e todas as ajudas que me tem dado.
Um agradecimento especial a colega e amiga Ana Margarida Ferreira pela preciosa ajuda nas pesquisas e a motivação na persecução da tese.
Não esqueço, ainda, os meus amigos, colegas e todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para tornar este trabalho realidade.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFD – Agence Française de Développment
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASS – África Subsariana
BM – Banco Mundial
CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
ESAF – Enhanced Structural Adjustment Facility
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCAC - Fórum on China-Africa Cooperation
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População
HIPC – Heavily Indebted Poor Countries
ISI – Industrialização por Substituição de Importação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional de Trabalho
OMC – Organização Mundial de Comércio
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAE – Programas de Ajustamento Estrutural
PRSP – Poverty Reduction Strategy Papers
PRGF – Poverty Reduction and Growth Facility
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PED – Países em Desenvolvimento
PMD – Países Menos Desenvolvidos
PVD – Países em vias de Desenvolvimento
SAF – Structural Adjustment Facility
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
UA – União Africana

LISTA DE QUADROS

QUADRO1 - ***NOVOS ACORDOS COM O FMI POR PAÍSES DA ÁFRICA SUBSARIANA, 1980-1989***. 82

QUADRO2 - ***MEDIDAS DE ESTABILIZAÇÃO DO FMI.*** 84

QUADRO3 - ***MEDIDAS DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL DO BANCO MUNDIAL.*** 85

QUADRO4 - ***ELEMENTOS SOBRE O CRESCIMENTO DO PIB DA ÁFRICA SUBSARIANA.*** 87

QUADRO5 - ***EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ÁFRICA DESDE AS INDEPENDÊNCIAS.*** 88

QUADRO6 - ***EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AFRICANA (1960 – 2025).*** 89

QUADRO-7 - ***OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO*** 90

INTRODUÇÃO

Pretendemos com esta tese, analisar a importância da Economia Informal na África Subsariana. Ela representa uma média de 60% do peso do PIB (Produto Interno Bruto) nos países da África e contribui grandemente para fazer face a problemas como o desemprego e a fome.

No primeiro capítulo abordaremos a temática da Economia Informal, procurando compará-la com questões de grande importância na esfera política, económica e social. Analisaremos a fase da grande emergência da economia informal na ASS (África Subsariana). Procuraremos demonstrar que a Economia Informal é tida como uma actividade de sobrevivência.

Perante a inoperância do aparelho estatal na ASS a economia informal surge como substituto da economia formal e não como um complemento.

Na sua fase de emergência, a economia informal era tida como residual, mas com o agudizar da crise económica e o consequente enfraquecimento do aparelho estatal, os estudiosos e as Instituições Internacionais começaram a dar-lhe maior importância. Analisaremos as relações da economia informal com o emprego e género, tendo em conta a sua importância na atribuição de rendimentos que asseguram a sobrevivência e o facto de ser praticado na sua esmagadora maioria por mulheres e desempregados. A vitalidade e dinâmica da economia informal depende do financiamento, pretendemos demonstrar como ocorre o financiamento informal na ASS.

No segundo capítulo centralizaremos as análises em torno das questões que de certa forma contribuíram para a expansão da Economia Informal na África Subsariana.

A questão do desenvolvimento em África está relacionada com a economia informal, visto que a progressão e importância desta deve-se às sucessivas falhas dos modelos de desenvolvimento implementados em África. Entre a década 1960 e a primeira metade da década de 1970, os modelos económicos de desenvolvimento eram baseados na substituição de importações e no papel motor do Estado. Procurava-se esvaziar o sector informal através da formalização do informal.

Os PAE (Programas Ajustamento Estrutural), podiam contribuir para a redução da economia informal, mas devido às constantes instabilidades políticas e guerras civis e também ao seu carácter neo-liberal, dogmático, imposto pelo FMI, os programas fracassaram e acabaram por surtir efeitos contrários.

Neste capítulo, pretendemos sublinhar a importância reconhecida à economia informal pelas Instituições Internacionais (OIT, FMI e BM). Analisaremos o impacto da economia informal no quadro das políticas de desenvolvimento sustentável na África Subsariana.

No terceiro capítulo estudaremos a economia informal na actual conjuntura política, económica e social da África Subsariana.

Destacaremos também a importância da democracia e a sua relação com a economia informal, na medida em que a instabilidade política favorece a Economia Informal.

Pretendemos ainda demonstrar a relação entre a economia informal e a demografia. A expansão demográfica urbana não foi devidamente controlada, o que permitiu o crescimento contínuo das áreas de habitação informal. O crescimento acelerado da população urbana também teve efeito directo na oferta e procura dos bens alimentares. O aumento da procura dos bens obrigou à obtenção desses mesmos bens nos mercados paralelos.

E por fim, faremos referência à importância da nova relação China-África e o impacto desta na economia informal.

A relação China – África é uma relação essencialmente comercial. Ela aumenta substancialmente nos finais da década de 1990, no âmbito da nova cooperação Sul – Sul. Se esta nova relação sino-africano for bem aproveitada poderá contribuir para o progresso económico e desenvolvimento da ASS, mas, se for mal aproveitada poderá contribuir para o crescimento da economia informal através do aumento de volume dos produtos comercializados no mercado informal.

Capítulo I – Economia Informal no contexto da África Subsariana

Os países da África Subsariana são todos países em desenvolvimento (excepto a África do Sul), com uma economia mais ou menos volátil e com Estados frágeis e instáveis.

Esta realidade dá uma maior importância e visibilidade à economia informal nestes países. Esta surge como substituto da incapacidade do poder governativo em controlar a situação económica, social e política.

"A existência da Economia Informal reflecte um desajustamento entre os interesses colectivos da sociedade, tal como entendidos pelo Estado, e os incentivos individuais. O Estado define um modo normal, «formal», de desenvolver a actividade económica. No entanto, determinados agentes económicos, pesando os benefícios e os custos inerentes a esse modo de exercício da actividade, optam por não o respeitar. Quanto menores os benefícios da formalidade e maiores os seus custos, mais provável se torna que os agentes económicos

optem por exercer a sua actividade de modo informal (Lord Grabiner, 2000)[1] ".

O recurso ao informal é mais o fruto de uma necessidade, originada pela retracção do sector formal que não proporciona novas oportunidades de emprego ou de subsídio de desemprego.

Nos países da África Subsariana a Economia Informal é comum em todas as suas formas e práticas.

Podemos indicar algumas das características comuns das formas e práticas do sector informal nestes países:

- Mercado legal, com práticas económicas ilegais ou semi-legais;
- Os trabalhadores não têm qualquer vínculo laboral;
- A economia informal é uma forma de sobrevivência social;
- A economia informal é constituída por pequenas empresas ou mini actividade doméstica;
- A economia informal é praticada na sua esmagadora maioria por mulheres;
- Os rendimentos não são contabilizados etc.

A necessidade de rendimento suplementar constitui uma das razões fundamentais para recorrer ao sector informal (Ismail e Horn, 1997).

[1]Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

1 – As origens da economia informal.

A economia informal é ao mesmo tempo visível e opaca, por isso, é necessário identificá-la.

O sector informal da economia teve maior relevo em África após a descolonização dos países da África subsariana.

A questão de desenvolvimento do continente africano começou a ser discutida nos anos 60 do século XX, quando a maioria dos Estados se tornou independente.

Os Estados africanos apostaram fortemente em modelos económicos que se baseavam em substituição da importação e na intervenção do Estado na economia. Estes modelos económicos trouxeram uma urbanização acelerada e um grande contingente de trabalhadores do campo para a cidade a par de um "boom" demográfico superior ao crescimento económico.

A adopção destes modelos de desenvolvimento e de crescimento económico teve como consequência imediata o êxodo rural que, por sua vez, veio a facilitar a expansão e o progresso do sector informal.

The Silent Revolution é o título do livro coordenado por Lawrence Chickering e Mohamed Salahdine (1991). Neste livro os autores advogam que "as raízes do problema do sector informal podem ser encontradas no modelo burocrático de desenvolvimento, centrado na promoção, pelo governo, das empresas de grande escala e de tecnologias avançadas, como sendo elementos essenciais para uma bem sucedida estratégia de desenvolvimento". No entanto os observadores destes países começaram por notar que "perante a falta de empregos no sector formal, muito dos pobres foram sobrevivendo através do trabalho para eles próprios ou para familiares. Operando fora das regras e das regulamentações da economia formal, estas actividades foram fornecendo uma vasta gama de produtos e serviços. A razão da pobreza dessas pessoas parecia não ser falta de iniciativa empresarial." (Chickering e Salahdine, 1991).

A incapacidade do Estado em responder aos desafios fundamentais da população nos domínios do emprego, da saúde, e da educação, está na origem e expansão do sector informal.

"A existência da Economia Informal reflecte um desajustamento entre os interesses colectivos da sociedade, tal como entendidos pelo Estado, e os incentivos individuais"[2]. E se analisarmos os custos e benefícios para a opção do formal ou informal, podemos concluir que, quanto menores os benefícios da formalidade e maiores os seus custos, mais provável se torna que os agentes económicos optem por exercer a sua actividade de modo informal (Lord Grabiner, 2000). Na linha da analise económica do crime de Becker (1968), a teoria económica sugere que quanto maior a probabilidade de ser penalizado pelo exercício informal da actividade e quanto maiores as sanções aplicáveis em caso de penalização, menor o incentivo à informalidade. "A protecção da lei, para os cumpridores, e a punição, para os incumpridores, só se materializam se o sistema de justiça for eficaz. Onde o sistema de justiça seja ineficaz ou mesmo corrupto, o incentivo para a formalização da actividade fica diminuído. A associação empírica entre a qualidade das instituições, as penalizações previstas para o incumprimento, a ausência da corrupção e níveis reduzidos de Economia Informal estão comprovadas em inúmeros estudos (Antonio R. Antunes and Tiago V. de V. Cavalcanti, 2006, Richard J. Cebula, 1997, Lars P. Feld and Bruno S. Frey, 2002, Eric Friedman e tal., 2000, Simon Johnson, Daniel Kaufmann and Pablo Zoido-Lobbaton, 1998a, Simon Johnson e tal., 1998b, Takashi Kadokura, 2007, Zoe Kuehn, 2007, David Dreyer Lassen, 2006, Norman V. Loayza and Jamele Rigolini, 2006). Chong e Gradstein (2007) verificam também que a importância da Economia Informal é estimulada pela desigualdade na distribuição do

[2] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

rendimento, sobretudo onde as instituições são de menor qualidade"[3].

A evidência do crescimento contínuo das práticas económicas informais, associada à constatação de progressivo agudizar da crise da generalidade das economias da África subsariana (Lopes, 2004), fez crescer o interesse dos especialistas por este importante sector da economia.

As instituições públicas nos países africanos ao sul do Sahara são normalmente frágeis e fragmentadas, o que permite uma proliferação do sector informal.

A crise económica que se fez sentir na África subsariana durante a década de 1980, fez emergir por completo a importância da economia informal. E como escreve Adelino Torres no seu artigo «África: Desenvolvimento adiado e crise económica» "as dificuldades do continente africano revelam erros de estratégia que remontam aos primeiros anos de Ajustamento Estrutural nos anos 80 do século XX, onde, sob pressão do FMI e do Banco Mundial, as culturas alimentares foram preteridas em função das culturas de exportação"[4]. O resultado não tardou a chegar: a agricultura fracassou, sob a incapacidade das políticas de Ajustamento Estrutural e dos fracos aparelhos estatais dos países da África Subsariana.

Perante isto, o sector informal da economia surge como alternativa, através da empregabilidade e distribuição de rendimentos e vem assegurar a sobrevivência da esmagadora maioria das populações da África Subsariana.

O sector informal tem uma importância muito grande na Africa subsariana, o que levou o BM e FMI a integrarem mais recentemente este sector na sua estratégia de desenvolvimento. E por outro lado, a economia informal tomou tal importância que foi finalmente

[3] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

[4] Torres, Adelino, "*Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI*" 1998 Assírio Bacelar

reconhecida pela Organização Internacional do trabalho (OIT) na décima quinta Conferencia Internacional de Estatísticas do Trabalho, ocorrida em Genebra em 1993, em que se definiu o sector informal para fins estatísticos como uma área de emprego[5].

2 – Definições da Economia Informal

É sumamente difícil dar uma definição exacta do que é o sector informal ou, em termos mais amplos, a economia informal. Isto se deve ao facto de não existir um consenso geral sobre a sua definição, tanto conceptual como operacional, e sobre a sua medição e limitação.

Existem várias definições da economia informal. Entre elas: empresa não registada (exclusivamente, ou em combinação com outros critérios como o da dimensão da empresa), a dimensão das unidades produtivas, etc. Na linha da concepção da ONU (1996) e Queiroz (1999), "é todo um vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local/regional/nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico".

M. Laguerre, procura uma definição separando o sector informal da economia informal, segundo este autor, o sector informal é um processo que não se restringe apenas à dimensão económica, estando presente em todos os aspectos do funcionamento da sociedade nomeadamente no plano das relações sociais, nos quadros dos sistemas de comunicação no âmbito dos processos de tomada de

[5] OIT (2002), *Relatório sobre trabalho decente e a Economia Informal,* Conferência Geral da OIT (90ª sessão)

decisão; refere-se à existência de um subsector formal da formalidade institucional. A economia informal é limitada a actividades meramente económicas, que podem ser total ou parcialmente ilegais.

Segundo a Organização Internacional de Trabalho (OIT), estão contempladas todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não estão cobertas – pela legislação ou pela prática – pelas disposições oficiais que as enquadram, regulamentam e disciplinam.

Queiroz (1996) identifica a admissibilidade social com a indiferenciação social da eventual condenação jurídica dos comportamentos económicos informais, com uma certa ideia de desculpabilização/justificação do acto resultante de um determinado estado de necessidade económico-social. Para este autor a admissibilidade social decorre, num contexto determinado, da generalização de determinadas práticas económicas que se transformam em costume, como resultado da conjugação de factores diferenciados e inter-actuantes, e que têm a ver com a matriz sócio-cultural que subjaz às relações económicas, com as imposições estruturais ou conjunturais que o sistema socioeconómico determina sobre os seus agentes, e com a atitude complacente ou impotente das autoridades face à prática de tais actos.

Na definição de Carlos M Lopes (2004) "são todas as actividades e práticas económicas legais realizadas por agentes económicos totais ou parcialmente ilegais".

O sector informal compõe-se assim de actividades económicas legais realizadas por agentes económicos ilegais, não cabendo portanto neste campo as designadas actividades ilícitas (contrabando, tráficos, furto, etc.), e engloba geralmente a pequena produção mercantil (artesanal-industrial: indústria alimentar, confecções, mobiliário, etc.), os transportes, o pequeno comércio (grossista e retalhista), os

mercados informais, a prestação de serviços e as actividades de intermediação financeira (Lopes, 2001).

3. - O significado da economia informal no quadro do desenvolvimento

Nos países da África Subsariana o sector informal tem um papel significativo na criação de emprego e na geração de rendimentos, bem como no desenvolvimento económico e social, por isso, deve sempre que possível, haver um sistema abrangente de estatísticas de emprego no sector informal, de modo a fornecer uma base estatística adequadas a vários utilizadores, tendo em conta as necessidades e as circunstâncias nacionais específicas.

Na sua fase de emergência, a economia informal era tida como residual, mas com o agudizar da crise económica e o consequente enfraquecimento do aparelho estatal, os estudiosos e as Instituições Internacionais começaram a dar-lhe maior importância.

Podemos dividir as relações entre a economia informal e o desenvolvimento na África Subsariana em seis períodos:

1º Período: decorre nos anos 60 e ao longo dos anos 70, aquando das independências da maior parte dos países africanos. Neste período a economia informal era vista essencialmente como um sector residual. Os modelos económicos de desenvolvimento eram baseados na substituição de importações e no papel motor do Estado. Procurava-se esvaziar o sector informal através da formalização do informal. Os vendedores ilegais que operam em mercados legais, estavam proibidos de venderem os seus produtos.

2º Período: a partir dos anos 80, os investigadores e as principais instituições internacionais (OIT, FMI, BM) passaram a dar maior atenção ao fenómeno do sector informal da economia. As crises decorrentes dos PAE (Programas de Ajustamento Estrutural) e do endividamento fragilizou as economias africanas. O informal passou a ser concebido como o alfobre do futuro empresariado nacional e a solução preconizada era a de formalizar os segmentos mais dinâmicos do informal (Carlos Lopes, 2004).

3º Período: nos finais dos anos 80 a crise das economias africanas atinge o seu apogeu, o que dá origem à sua "marginalização" do ponto de vista oficial. Esta "marginalização" da economia torna o sector informal mais visível em termos do seu papel social: gera empregos; rendimentos e protecção social. Procurou-se então formalizar as franjas mais dinâmicas do informal e desformalizar e desburocratizar o formal.

4º Período: surge uma abordagem alternativa proposta por M. Penouil / J. P. Lachaud (1985): segundo estes autores o informal é a resposta espontânea das sociedades, à urbanização e às dinâmicas modernas resultantes do desenvolvimento transferido; as manifestações da economia informal são visíveis nas relações sociais através da formação dos preços, no tipo de relações laborais estabelecidas, e nos modelos específicos de relacionamento com a clientela, entre outros.

5º Período: ocorre na primeira metade da década de 1990, num contexto de aprofundamento da periferia das economias africanas, da aceleração do processo de globalização e do desmoronamento da estrutura bipolar. Segundo o peruano Hernando de Soto: a economia informal é resposta racional dos agentes económicos ao excesso de imposição fiscal e burocrática por parte do Estado; para este autor a solução passa exclusivamente por desformalizar e desburocratizar o formal a fim de potenciar as virtualidades do informal como agente do desenvolvimento.

6º Período: acontece na segunda metade da década de 1990. Cria-se uma nova abordagem ao fenómeno informal.

S. Latouche identifica 4 etapas da economia informal:

1. Actividades de tráfico
2. Subcontratação
3. Economia popular
4. Economia neo-clânica.

Segundo este autor a economia informal constitui uma alternativa africana ao desenvolvimento, uma forma de recusa ao "imperialismo" do modelo ocidental, sustentado na autonomização absoluta dos comportamentos económicos no contexto das relações sociais e no primado dos valores, institutos e instituições do mercado.

A generalização deste contexto aos países da África subsariana tem a ver com o facto de existir um consenso em torno do fenómeno da informalidade em África, com base nas seguintes ideias:

- A informalidade crescente das economias nas sociedades africanas é um fenómeno incontroverso;
- Constata-se uma complexidade e hibridez crescentes dos sistemas económicos das sociedades africanas, como consequência da expansão e transformação das actividades informais, quer com as actividades formais quer com as actividades ilegais.
- A informalidade é uma realidade multidimensional, complexa, diversificada e heterogénea.

Para que este sector possa contribuir para o processo de desenvolvimento na África Subsariana seria importante desenvolver e melhorar o sistema das estatísticas do trabalho e das contas nacionais, a qualidade de base de informação para a análise macroeconómica e para o planeamento, bem como a formulação e a avaliação de políticas. Esse sistema deverá fornecer informação

quantitativa sobre a contribuição do sector informal para os vários aspectos de desenvolvimento económico e social, incluindo a criação de empregos, a produção, a geração de rendimentos, a formação de capital humano e a mobilização de recursos financeiros. O sistema poderá também fornecer dados para a elaboração e acompanhamento de políticas de apoio e programas de assistência específicos para o todo, ou para uma parte do sector informal, tendo em vista o aumento do potencial de produção e da capacidade das unidades de sector informal para gerarem empregos e rendimento, melhorando as condições de trabalho e a protecção social e jurídica dos trabalhadores do sector informal. Seria ainda necessário adequar as regulamentações de trabalho capazes de promover e organizar os produtores e trabalhadores do sector informal; criar mecanismos capazes de fornecer informações para análise da situação económica e social de certos grupos de trabalhadores de sector informal, tais como as mulheres, as crianças, as pessoas que migram das zonas rurais para urbanas e os imigrantes.

Nos países da África Subsariana os dados estatísticos não são muitas vezes fiáveis, devido à fragilidade dos instrumentos de análise. Por isso, para atingir os objectivos atrás referidos, devem ser compiladas estatísticas que sejam, tanto quanto possível, completas, detalhadas e fiáveis sobre:

- O número total de unidades do sector informal, classificadas segundo as várias características estruturais, tendo em vista fornecer informação sobre a composição do sector informal e nele identificar segmentos específicos;
- O emprego total neste sector e as condições de emprego e de trabalho;
- A produção e os rendimentos gerados pelas actividades do sector informal, se possível obtidos a partir de dados relativos à produção, aos factores de produção e às operações conexas;

- Outras características relativas às condições em que as unidades do sector informal são criadas e desenvolvem as suas actividades, incluindo as suas relações com outras unidades dentro e fora do sector informal.

Para melhorar a sua comparabilidade e utilidade, as estatísticas sobre o sector informal devem ser compatíveis, tanto quanto possível, com outras estatísticas económicas e sociais.
As estatísticas do sector informal devem ser obtidas com intervalos regulares, para que as alterações na dimensão e características do sector informal, ao longo do tempo, possam ser acompanhadas adequadamente. A frequência da recolha dos dados pode variar de acordo com os diferentes tipos de estatísticas e segundo os métodos de inquérito necessários e a sua incidência na utilização de recursos humanos e financeiros.

4 – Elementos caracterizadores das economias africanas

Para a análise da economia informal na África Subsariana, é fundamental focar os elementos caracterizadores das economias nestes países.
Propomos analisar brevemente as funções das famílias, das empresas e do Estado nestes contextos.

AS FAMILIAS

Nos países da África Subsariana, as relações familiares baseiam-se numa lógica mais simbólica do que económica. A inserção dos indivíduos em qualquer organização ou centro de decisões são feitas através dos círculos a que pertencem, sejam eles a família, a linhagem, o grupo de origem ou religião.

Deste modo, a lógica do ganho económico submete-se a uma lógica de comportamentos e decisões sociais e, até certo ponto, "utilitaristas".

A família é de certa forma, o núcleo central das sociedades africanas, na medida em que fornece a mão-de-obra e assegura a produção de subsistência.

Numa lógica de produção no contexto da economia informal, as mulheres são os pilares fundamentais desta produção no seio das famílias. Cabe às mulheres a produção de subsistência, assegurar as tarefas domésticas produtivas e reprodutivas (alimentação, educação e saúde dos filhos); assegurar a alimentação de toda a família através do cultivo de bens alimentares, a recolha de lenha, o transporte de água e a cozinha.

O conceito família alargada no contexto africano é diferente do conceito ocidental da família nuclear em que a família é vista como, pai, mãe e filho ou filhos, e em que as responsabilidades dos pais se resumem ao compromisso de tudo darem aos filhos. Enquanto, no contexto africano, o conceito família é mais abrangente e envolve uma lógica parental lata, onde se englobam os consanguíneos e os não sanguíneos. A partida, uma família que esteja a gerir um negócio pode até ter como objectivo inicial obter ganhos e lucros, mas como impera a relação social mais do que a comercial, os objectivos transformam-se quase sempre em negócio de subsistência ou até de sobrevivência.

AS EMPRESAS

O tecido empresarial nas economias africanas infelizmente não tem expressão.

O sector empresarial caracteriza-se pela utilização de tecnologias incipientes e modelos de gestão relacionais determinados pelas formas de proximidade social.

As empresas estatais ainda são preponderantes na maioria das economias dos países africanos. Elas continuam a desempenhar o papel que assumiam desde as suas criações após as independências destes países – acelerar o desenvolvimento económico.

Ao longo do tempo, perante as situações sociais e económicas depressivas que predominam nestes países, estas empresas acabam por constituir um meio de transferência e redistribuição do estado, deixando para segundo plano as lógicas de rentabilidade e acumulação. Assim, estas unidades acabam por tornar-se, entre outros, num local de absorção dos licenciados desempregados e de criação de benesses, muitas vezes sujeitas a crises de liquidez e gestão e situações de ineficiência (Hugon, 2000).

As empresas multinacionais, normalmente conseguem instalar-se e obter substanciais lucros. Apostam frequentemente no sector energético, agrícola e no sector terciário (transportes, comércio, banca). Embora enfrentem um ambiente institucional burocrático e com grandes deficiências, usufruem por vezes de favoritismos, devido às relações próximas que têm com os poderes políticos. Por outro lado, tentam por vezes criar um meio ambiente mais benéfico ao seu próprio funcionamento, adaptando-se de alguma forma às condições socioeconómicas e políticas, ao assumir o papel que é tradicionalmente estatal, de fornecimento de bens e serviços colectivos como a energia, infra-estruturas básicas (escolas, hospitais, …) e meios de transporte.

Com os Programas de Ajustamento Estrutural, criou-se a lógica de "menos e melhor estado", reduzindo efectivamente o papel do Estado nas empresas, criando assim, outros tipos de unidades produtivas. É neste contexto que as empresas do sector informal mercantil têm vindo a proliferar nos últimos anos, de alguma forma como resposta as constantes situações de crise e instabilidade socioeconómica. Estas empresas são normalmente integradas em grupos de pertença o que condiciona o seu funcionamento assente em regras costumeiras, hierárquicas e paternalistas.

Esta nova forma empresarial informal que proliferou nestes países, é responsável pela satisfação de muitas necessidades que não conseguem ter respostas nos meios formais.

Porém, tais soluções acabam por não ganhar consistência devido aos difíceis processos de acumulação e à inexistência do meio ambiente e infra-estruturas necessários ao fortalecimento das aprendizagens e ganhos de produtividade.

O ESTADO

No contexto da guerra-fria, estes países assumiram o compromisso de não-alinhados, procurando contudo tirar dividendos da própria situação no plano da cooperação internacional. Reforçando ao mesmo tempo o seu papel no sector social (educação, saúde, …) e de criação de infra-estruturas físicas. No plano nacional o contexto da guerra-fria não foi favorável, devido às influências exercidas pelas grandes potências, que acabaram por criar pequenos grupos rebeldes e consequentemente favoreceram guerras internas e sucessivos golpes de estado, fragilizando por completo o poder estatal.

Os grupos sociais baseiam-se numa rede de direitos e obrigações entre os seus elementos e reflectem-se também nas actuações dos

políticos e funcionários do aparelho estatal, levando a afectação dos recursos públicos de acordo com as suas redes de pertença.
Por estas e outras razões, os Estados nestes países acabam por não assumir as suas funções de garante de uma segurança social eficaz e de todo o funcionalismo público eficiente e digno, relegando para a economia informal estas funções.

5 – A Economia Informal e o Emprego

A economia Informal é, portanto, "um fenómeno multifacetado, podendo incluir, dependendo da forma como seja entendida a expressão, actividades como as seguintes:

- A não declaração de trabalhadores para ocultar a violação de normas de residência, idade legal de trabalho e outras;
- A não declaração de totalidade das horas trabalhadas pelos trabalhadores, a que normalmente anda associado à realização de pagamentos em dinheiro ou espécie não declarados e o não pagamento integral das contribuições sociais devidas;
- O desrespeito pelas normas de segurança no trabalho, de qualidade ou ambientais"[6].

[6] OIT (2002), *Relatório sobre trabalho decente e a Economia Informal,* Conferência Geral da OIT (90ª sessão)

"Em muitas nações africanas, uma parte considerável da força do trabalho é desempenhada no sector informal"[7] disse Richard Walther, da Agencia Francesa para o Desenvolvimento. " Na África do Sul representa 31% do total de empregos, mas no Benin chega a 95%"[8] afirmou Walther.

O sector informal representa uma proporção considerável do Produto Interno Bruto (PIB), que varia de país para país. Segundo Walther, "na África do Sul representa 1/3 do seu PIB, no Benin, Camarões e Senegal representa entre 50% a 60% do PIB"[9].

Independentemente de não estar regularizado, o sector informal joga um importante papel nas economias dos países da África Subsariana.

No início dos anos 1970, o modo de produção capitalista atravessa uma crise que afectou profundamente o mundo de trabalho. Isto porque "o sistema capitalista de produção sofreu uma forte desestruturação e, consequentemente, tem sido obrigado a implementar medidas para manter seu ciclo de reprodução, afectando tanto a forma de ser da classe trabalhadora, quanto as acções e práticas da mesma"[10].

O mundo do trabalho atravessa um intenso processo de transformação, no qual temos visto um aumento da precarização das relações e condições de trabalho e um crescimento dos índices de desemprego. Neste cenário buscam-se novas formas de criação de emprego e renda. O sector informal, em suas complexas e distintas formas, é uma das novas faces do mesmo. A diversificação e complexificação das formas de trabalho trazem novos dados para a relação homem/trabalho.

As características que os trabalhadores da economia informal têm em comum segundo a OIT, são o de não estarem reconhecidos nem protegidos dentro dos parâmetros jurídicos e regulamentares. No

[7] http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/186963
[8] http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/186963
[9] www.panapress.com
[10] Antunes: 2000

entanto, a OIT enfatiza que não são estas as únicas características destes trabalhadores. A principal e mais importante das características é o facto de todos os trabalhadores do sector informal serem vulneráveis a situações de doenças, direitos, reforma etc.
Em termos de segurança/insegurança nas actividades informais a OIT identifica sete dimensões que aparecem com particular relevância.

1. Segurança no mercado laboral: refere as boas oportunidades laborais que resultam de um elevado nível de emprego, produto de políticas macroeconómicas.
2. Segurança do emprego: protecção contra despedimentos arbitrários consignada em geral numa legislação que regulamenta a contratação e o despedimento.
3. Segurança ocupacional: implica a oportunidade de inserção num segmento profissional e possibilidade de desenvolver um sentido de pertença como consequência do melhoramento profissional.
4. Segurança no trabalho: possibilidade de contar com protecção em caso de acidentes de trabalho e doença profissionais.
5. Segurança para o desenvolvimento das competências: oportunidades de manter e desenvolver as habilitações e conhecimentos profissionais mediante acções de formação ao longo da vida.
6. Segurança do ingresso: implica a possibilidade de obtenção de ingressos adequados para o trabalhador e a sua família.

7. Segurança de representação: possibilidade de exercício do direito a representação colectiva de trabalhadores e empregados através de organizações independentes, assim como do direito à negociação colectiva e ao diálogo social.

Em função da vulnerabilidade e da falta de segurança que os trabalhadores do sector informal enfrentam, a OIT vai propor analisar

o trabalho na economia informal, principalmente a partir de défice de trabalho decente. Esta perspectiva pode ver-se reflectida na nova Recomendação 195, onde estabelece que "os membros deveriam definir políticas de desenvolvimento dos recursos humanos, de educação, de formação e de aprendizagem permanente, de forma a transformar as actividades da economia informal em trabalhos aceitáveis plenamente integrados na vida económica; as políticas e programas deveriam formular-se com o fim de criar empregos adequados e oferecer oportunidades de educação e de formação, assim como a validação dos conhecimentos e das competências adquiridos, a fim de ajudar os trabalhadores e as entidades patronais na economia informal[11]".

Promover «trabalho decente» significa eliminar aspectos negativos da informalidade, assegurando ao mesmo tempo oportunidades de sobrevivência e de empreendedores, promovendo a protecção e incorporação de trabalhadores e unidades económicas da economia informal dentro da economia formal.

Independentemente de não existir uma relação directa entre trabalho informal e pobreza, é inegável que a percentagem de pobres que trabalham dentro da economia informal é muito mais alto que a dos que trabalham na economia formal. A pobreza é um fenómeno complexo, multidimensional e heterogéneo.

Ao analisarmos o tema da evolução dos diagnósticos e interpretações do sector informal, podemos identificar duas perspectivas: nos países onde não há trabalho para todos no sector formal da economia e onde os subsídios de desemprego (e da protecção social em termos mais amplos) são inexistentes ou insuficientes, onde as pessoas procuram as soluções, produzindo e vendendo algo que lhes permita obter algum rendimento para sobreviver.

Outra posição está na descentralização produtiva.

[11] Recomendação 195 da OIT (art. 3, d).

Como efeito da globalização e da divisão de trabalho, as empresas modernas viram-se na necessidade de ter sistemas de produções flexíveis e eficientes. A descentralização do processo de produção permite reduzir os custos de produção e transfere para o exterior da empresa os problemas e riscos da variação da empresa.

As informalidades são vistas por alguns estudiosos como uma possível barreira ao crescimento e ao bem-estar social e como uma força que deteriora as integridades das sociedades, situação que poderia ser solucionada se os encarregados de formularem políticas se concentrarem em melhorar as condições que impulsionam a produtividade e também em identificar as barreiras, os custos e benefícios disponíveis para as companhias e os trabalhadores informais para que participem no sector formal.

O sector informal tem assim uma importância estruturante devido ao seu carácter massivo. De facto, na maior parte dos países abrangidos por estudos feitos para medir o sector informal durante os anos 90 do século XX, estimou-se que 2/3 do emprego não agrícola pertencia ao sector informal (Charmes, 2000a). Este tipo de economia tem raízes profundas na história de África, o que ajuda a explicar a tão grande importância na actualidade.

6 – Economia informal e Género

No mundo em geral e em particular na África Subsariana, as mulheres são as que realizam, em grande maioria, as actividades informais.

No caso particular da África Subsariana, elas são descriminadas em todas as dimensões da economia informal. São elas que contribuem com o maior bolo do orçamento familiar, mas não são reconhecidas por isso; têm menos formação, mas as políticas de educação e de formação são discriminatórias; não estão inseridas na política, e não existem incentivos ou quotas equitativas; e são relegadas para as tarefas menos remuneradas e muitas vezes sem qualquer tipo de remuneração. Segundo a autora A. Bénard da Costa, tanto os homens como as mulheres, não consideram as suas actividades no sector informal como "trabalho" a mesma autora apurou que a maioria das actividades não tem um rendimento constante e não é realizada de forma continuada. Em muitas famílias o número de mulheres que trabalha é igual ou superior ao número de homens, chegando em alguns casos a acontecer que são elas que sustentam a família. Para explicar o papel das mulheres no meio urbano africano, a autora recorre a "alguns investigadores (Tripp 1989, Loforte 1996) que defendem que, devido às suas actividades informais, as mulheres podem conquistar uma certa visibilidade a nível do bairro, conseguindo influenciar positivamente o seu estatuto na família e fora desta. Esta ideia tem sido contrariada por outros autores (Caplan 1995, Campbell 1995, González de la Rocha e Grinspun 2001) que defendem que as actividades informais geradoras de rendimento realizadas pelas mulheres apenas aumentam o volume de trabalho sem que haja efectivamente uma mudança no seu estatuto"[12].

[12] Bérnard da Costa: 2000, pp. 219-264

A divisão sexual do trabalho mantém a designação quase exclusiva das mulheres nas tarefas domésticas, reprodutivas e de lides da casa e família. A isto acrescentam-se as transformações sociais e demográficos que estamos a assistir, como a imigração, o aumento da taxa de divórcio, e o aumento de mulheres chefes de família, etc. Os efeitos desta divisão expressam-se numa sobrecarga de trabalho sem reconhecimento social, ausência de tempo disponível para capacitação e recriação, deficiente acesso aos sistemas de informação, limitando as opções de ingresso no mercado laboral, as possibilidades de participar na vida social e política e de tomar decisões. Estas entre outras são algumas das causas pelas quais as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores nas actividades informais.

Dentro do sector informal "o trabalho ao domicílio, o trabalho por conta própria e o trabalho doméstico, são as categorias proporcionalmente mais importantes no quadro das actividades realizadas por mulheres"[13]. O trabalho no domicílio oferece às mulheres a melhor possibilidade de assumirem as suas responsabilidades. As trabalhadoras por conta própria são as mais numerosas no sector informal. As actividades com menos exigências de qualificação são as de maior instabilidade e desprotecção social. Em geral os contratos são verbais e não contemplam nenhum tipo de protecção social, nem rendimento mínimo, e a remuneração é à peça.

Por outro lado, o "trabalho doméstico"[14] emprega mais de 20% de mulheres.

A perspectiva de enquadramento da questão de género na economia informal é fundamental, porque não se trata apenas de diferenciar o sexo, mas aborda um conjunto de questões que intervêm nas relações sociais, e que a partir delas, as instituições devem encontrar

[13] Bérnard da Costa: 2000, pp. 219-264

[14] Categoria que conta com os níveis mais baixos de remuneração e protecção social dentro do sector informal

políticas estratégicas para atingir metas equitativas. A questão de género ajuda a interpretar os dados, a criar novos indicadores e a encontrar formas para reduzir as brechas existentes.

Os Estados, os organismos internacionais e as ONG's (Organizações Não-governamentais), estão a dar mais relevância a esta questão o que representa um sinal positivo, mas, devem coligar no sentido de reforçarem mais essa importância.

A Declaração da UA (União Africana) sobre Igualdade e Equidade do Género em África exprime o compromisso dos chefes de Estado africanos em corrigir as discriminações contra as mulheres em vários domínios. Na Assembleia das Nações Unidas reuniram, em Setembro de 2000, os chefes de estados e governo dos países membros da ONU com objectivo de criarem um mundo mais próspero, justo e pacífico e desta reunião resultaram os famosos «Objectivos de Desenvolvimento do Milénio»[15] e dentre estes objectivos, temos o 3º cujo objectivo é promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

A necessidade de formular planos, políticas e projectos orientados para pôr fim às desigualdades entre mulheres e homens, tem sido motivo de crescente pressão sobre os organismos internacionais e governos locais, por parte das organizações de mulheres e feministas de todo o mundo.

Cronologicamente, poderíamos situar o início deste processo, após as investigações realizadas por Ester Boserup nos anos 1970 na Ásia e África.

Ester Boserup sublinhou "o papel produtivo da mulher e refutou as concepções androcêntricas e etnocêntricas que privilegiam os papeis doméstico e reprodutivo das mulheres, em que se fundamentavam as opções dos programas de desenvolvimento económico, e que acusou de ser responsável pela marginalização económica e política das

[15] Indicados no quadro 7

mulheres"[16]. Em termos gerais, Boserup "demonstrava que as mulheres não foram incluídas nas estratégias do desenvolvimento impulsionadas na década precedente e, pior que isso, a sua posição social deteriorou-se com estas estratégias de desenvolvimento, centradas em modelos de desenvolvimento próprios de sociedades ocidentais e marcadamente androcêntricas"[17]. Em outros termos, os planificadores de então, não se preocuparam por observar e entender a realidade, impondo modelos de desenvolvimento com clara posição neo-colonial e hierárquica e simplesmente menosprezaram as mulheres e o papel que desempenhavam, sobretudo na zona rural e na agricultura, que tem sido um dos sectores de maior interesse e apoio dos programas de cooperação nos países em desenvolvimento.

7 – A Importância das Empresas informais

Em África as empresas informais são as principais fontes de rendimento e de diminuição das altas taxas de desemprego.

É evidente que do ponto de vista empresarial as empresas formais são mais importantes, porque têm acesso a um conjunto de mecanismos que permitem sustentar e expandir o negócio. O mais importante destes mecanismos é o sistema de crédito, mas determinados sistemas públicos de apoio e incentivo empresarial podem igualmente ser relevantes.

No caso dos países da ASS (África Subsariana), o fracasso das grandes empresas estatais, a burocracia, o alto custo na legalização das PME's (Pequenas e Médias Empresas) e segundo estudos de Schneider e Enste (2000) e Gerxhani (2004), alguns agentes

[16] Boserup**:** 1970
[17] Boserup**:** 1970

económicos exercem actividades informais e, em paralelo, recebem benefícios estatais.

São empresas importantes na medida em que congregam de 40% a 60% de empregados e possibilitam às populações acesso rápido a produtos de primeira necessidade.

Todas estas empresas situam-se nas zonas urbanas. As suas actividades resumem-se a indústrias, serviços e comércio.

São empresas com características peculiares tais como:

- A difícil percepção das suas estruturas e dos seus objectivos;
- Falta de regras e códigos que visam à descoberta e à resolução de problemas que se põem à organização;
- A não aplicação, no plano interno, de medidas institucionais e regulamentares;
- A dependência no que respeita à unidade familiar.

Os que gerem estas empresas, são normalmente adultos e geralmente não possuem qualquer tipo de formação ou instrução técnico-institucional, mas acabam por adquirir uma larga experiência neste sector.

Existem vários tipos de empresários informais. Segundo o autor senegalês Amadou Diagne Thioye, existem empresários migrantes, aspirantes, intrusos, demissionários, reformados ou despedidos e amadores.

Para este autor os empresários migrantes são aqueles cujo campo de actividade é caracterizado por uma descontinuidade do tipo de actividade que exercem. Os aspirantes têm uma certa formação prévia, mas devido ao contexto social não conseguem emprego. São geralmente jovens. Uma vez que não podem vir a aspirar a ter uma reforma, enfrentam um novo desafio social. Procurando aumentar o seu rendimento, ficam então como intrusos no meio dos negócios.

Os empresários demissionários dispõem de competências profissionais, de capitais e de emprego salarial que lhes permite criar

a sua própria empresa. Ao contrário dos empresários «intrusos», fazem a escolha deliberada de tornaram-se independentes, deixando os seus empregos por diferentes razões. Os reformados ou desempregados que se tornam empresários, são semelhantes aos empresários intrusos. As características destes empresários aproximam-se também dos empresários «demissionários», pelo perfil da carreira e a disponibilidade financeira. E, por fim, os empresários «amadores» têm um perfil psico-sociológico mais lacunário. São caracterizados por uma fraca qualificação profissional, um capital à partida insuficiente e uma dependência média face à solidariedade familiar e comunitário. São normalmente indivíduos sem escolarização e no desemprego urbano.

A combinação de três elementos, ou seja, o contexto sócio-cultural, as formas da concorrência e o quadro institucional e legal que o rege, determinam a forma como se desenvolvem as empresas informais.

As empresas informais têm características específicas nos mecanismos de financiamento, organização da produção e técnicas de comercialização. No que concerne aos mecanismos de financiamento: a fraqueza relativa do capital inicial é comum. Esta fraqueza da capital inicial é aliada a constrangimentos externos e a personalidade do empresário. Os financiamentos destas empresas são normalmente assegurados pela solidariedade familiar e comunitária, através de créditos familiares ou de outras fontes de créditos informais. Quanto à produção e às escolhas tecnológicas, estas são influenciadas pela escassez do capital e dos conhecimentos técnicos. O empresário usa por conseguinte métodos de fabrico simples e pouco mecanizado. Os dois pólos característicos de produção são: uma fraca estandardização da comercialização da produção e uma distribuição das tarefas quase inexistente. E em relação à comercialização dos produtos, não se destinam apenas às populações urbanas pobres, mas também, e cada vez mais, a uma classe média urbana emergente.

8 – O Peso, as determinantes e os efeitos da Economia Informal

A economia informal parece ter uma importância muito diversa em diferentes zonas do mundo. "Olhando para o último período para o qual há dados para todo o mundo, 1999/2000, a África e a América do Centro e do Sul são zonas onde o peso da Economia Informal é mais relevante, ultrapassando os 40% da actividade económica. Na Ásia chega a atingir um quarto da economia e nos países desenvolvimentos atinge um peso médio de 17%"[18].

IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA INFORMAL EM DIFERENTES ZONAS DO MUNDO (% DO PIB OFICIAL)

	1989/90	90/91	94/95	99/2000	01/02	02/03
AMERICA DO CENTRO E SUL	-	34,2	37,7	41,5	-	-
ÁFRICA	-	33,9	37,4	41,2	-	-
ÁSIA	-	20,9	23,4	26,3	-	-
PAÍSES EM TRANSIÇÃO (LESTE EUROPEU)	-	31,5	34,6	37,9	-	-
OCDE	13,2	-	15,7	16,8	16,7	16,4

FONTE: SCHNEIDER (2005); OS VALORES APRESENTADOS SÃO MÉDIAS NÃO PONDERADAS DO PESO DA ECONOMIA NOS PAISES QUE CONSTITUEM CADA ZONA

Antes de analisar o peso, as determinantes e os efeitos da economia informal, é importante analisarmos as três interpretações mais citadas por vários autores.

Primeiro: A economia informal é muitas vezes entendida como sendo aquela parcela da actividade económica que não é captada na Contabilidade Nacional, nomeadamente nos valores do Produto Interno Bruto. Esta concepção encontra-se quer entre autores

[18] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

académicos (Simon Johnson e tal., 1998, David Dreyer Lassen, 2006), quer entre técnicos.

Segundo: por vezes a economia informal é entendida como uma actividade económica em que não são cumpridas as obrigações fiscais, nomeadamente as obrigações de declaração ao fisco. A esta parcela da actividade económica, Feige (1990) chama "economia não declarada".

Terceiro: a informalidade decorre da ilegalidade das actividades económicas desenvolvidas: é a "economia ilegal", de acordo com a taxinomia de Feige (1990).

Quanto ao primeiro entendimento no caso dos países da África Subsariana, este é muito mais difícil de quantificar, visto que, os mecanismos para a recolha dos dados da Contabilidade Nacional são pouco credíveis e muito limitados. Em muitos destes países os dados são aleatórios e muitas vezes as estimativas estão aquém da realidade.

E por outro lado, o terceiro entendimento, também foge muito da realidade dos países da África Subsariana, visto que, o próprio aparelho de Estado não funciona, ou seja, o funcionalismo público é de tal forma ineficaz, que dificilmente se consegue detectar a barreira entre a legalidade e a ilegalidade.

O segundo entendimento é o que se aproxima mais da realidade dos países africanos ao Sul do Sahara, visto que os operadores económicos informais simplesmente se pautam pela não declaração das suas actividades económicas informais.

"Existem dois métodos essenciais na medição da economia informal: métodos directos e indirectos. Quanto aos métodos directos, como a própria designação sugere, procuram medir directamente a actividade informal, junto dos agentes económicos que a levam a cabo. Quanto

aos métodos indirectos procuram deduzir a sua importância a partir dos indícios de determinadas variáveis macroeconómicas"[19].

Existem diferentes tipos de métodos directos. Existe aquele que "consiste na realização de inquéritos de resposta voluntária, geralmente junto dos agregados familiares, incluindo perguntas sobre o rendimento obtido em actividades económicas informais ou sobre o rendimento obtido em actividades dessa natureza"[20]. A fraqueza deste primeiro tipo de método é igual à de qualquer procedimento de inquirição, ou seja, a falta de credibilidade nos resultados. Mais fraca se torna no caso de ser aplicado nos países da África Subsariana, devido a pouca disponibilidade e apetência dos agentes da economia informal para responderem aos inquéritos.

Um outro tipo de método directo assenta na "auditoria fiscal dos contribuintes: admitindo-se que os montantes de evasão que a administração encontre entre os contribuintes que audita possam ser extrapolados para o universo dos contribuintes, obtêm-se uma estimativa da economia informal. A economia informal obtida por esta via tenderia a ser exagerada"[21]. No caso dos países africanos, a aplicação deste segundo método tem um certo grau de ineficácia na quantificação da economia informal, devido à inoperância do funcionalismo fiscal por um lado, e, por outro lado, ao peso da economia informal. E, tendo em conta que a evasão fiscal não coincide necessariamente com um conceito abrangente de economia informal, mais difícil se torna a sua aplicação.

Existem diferentes tipos de métodos indirectos: Um primeiro método indirecto "assenta numa igualdade contabilística macroeconómica fundamental: o produto medido pela óptica da despesa deve necessariamente ser igual ao produto medido pela óptica da receita.

---

[19] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

[20] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

[21] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

O método assume que qualquer diferença entre receita e a despesa registada pelos organismos estatísticos se deve à Economia Informal. Porque o que está em causa é a comparação entre medidas alternativas do produto, este método, se fiável, produziria apenas uma estimativa da Economia Informal relacionada com a actividade produtiva, não incluindo os seus aspectos redistributivos"[22]. É pouco credível porém, porque existem outros fenómenos que podem justificar esta discrepância entre a despesa e a receita e, no caso dos países africanos estes fenómenos são muito mais do que os aspectos das variáveis despesa e receita. A onda de corrupção generalizada é o maior contribuidor para a falta de credibilidade na aplicação deste método.

Um segundo método indirecto "assume que a participação da população na força de trabalho é estável e que, portanto, as flutuações nas taxas de actividade detectadas pelas entidades oficiais corresponderão, na realidade, a transições entre o mercado de trabalho formal e informal. O resultado da aplicação deste tipo de método é uma estimativa da força de trabalho envolvida na Economia Informal e não directamente no valor económico das actividades informais"[23]. Não tem igualmente em conta que muitos trabalhadores participam simultaneamente em actividades formais e informais o que, no caso de África Subsariana, é uma realidade incontornável, pelo que, este método se torna menos eficaz na sua aplicação.

Outro método proposto é o das "transacções, baseado na equação de Fisher, MV = pT, segundo a qual o valor dos pagamentos (MV, em que M é o volume de meios de pagamento e o V a velocidade da sua circulação) é necessariamente igual ao valor das transacções (pT, em que o p é o nível de preços e T a quantidade de transacções). O valor das transacções formais é estimado a partir das Contas Nacionais e o

[22] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

[23] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

volume de pagamentos a partir de estatísticas bancárias e de uma estimativa de V. As discrepâncias entre o valor estimado para pagamentos e transacções é, segundo este método, a estimativa da Economia Informal"[24]. É um método muito exigente, o que no caso dos países da África Subsariana, é ineficaz tendo em conta a fraca credibilidade nos indicadores da Contabilidade Nacional e o pouco grau de exigência nos dados.

"O Método de procura de moeda é um dos mais utilizados. Assume que as transacções na Economia Informal se fazem em dinheiro, para limitar os indícios detectáveis pelas autoridades. Por isso, variações na dimensão da Economia Informal traduzir-se-ão em variações na procura do dinheiro. Utilizam-se métodos econométricos para estimar a procura de dinheiro que seria expectável na ausência da Economia Informal e a sua comparação com a procura de dinheiro efectivamente verificada fornece uma estimativa do valor que esta assume"[25]. O pressuposto de que a Economia Informal corresponde a transacções em dinheiro é, no entanto, limitativo: certas transacções, apesar de informais, utilizam meios de pagamentos bancário, enquanto outras se fazem por troca directa. Finalmente, importa notar que, em economias abertas, os pagamentos não ocorrem necessariamente na moeda do país em que as transacções informais tiveram lugar, o que reduz a fiabilidade do método.

O método dos inputs, de que existem várias versões, é outro dos mais frequentemente aplicados. "O método baseia-se na noção de que há certos factores de produção, nomeadamente a electricidade, que são utilizados tanto na Economia Formal, como na Informal. O método assume que o consumo de electricidade cresce de forma estritamente proporcional ao da produção oficialmente registada e quando o consumo ultrapassa a taxa registada consegue-se medir a

[24] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

[25] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

taxa de consumo não registada e por conseguinte a Economia Informal"[26]. Este método é de difícil aplicação nos países da ASS (África Subsariana), tendo em conta que o aumento do consumo da electricidade não registada resulta do processo de urbanização descontrolada e não do consumo informal.

E por fim, temos "o método dos modelos, o mais conhecido do qual é o MIMIC (Multiple Indicator, Multiple Cause). Este método baseia-se na construção de um modelo de equações estruturais que relacionam um índice que mede a Economia Informal que se pretende estimar, respectivamente com as suas causas (por exemplo, o nível de fiscalidade) e os seus efeitos (por exemplo, a procura de dinheiro) "[27]. Este método tem sido criticado pela falta de sustentação teórica para as causas e efeitos considerados e pela sensibilidade dos resultados, quer às amostras escolhidas, quer a transformações nos dados e nas unidades de medida (Trevor Breusch, 2005b). De todos os métodos aplicados na medição da economia informal, este último, é o que se pode aplicar com maior nível de eficácia em África. Mas, sempre que é possível "a utilização simultânea de mais do que um método, é muito mais recomendável, porque permite uma maior robustez nos resultados obtidos"[28].

[26] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008
[27] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008
[28] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

9 – O Financiamento informal e as estratégias de sobrevivência

Um dos maiores problemas dos países em desenvolvimento, em particular os da África subsariana é a distribuição interna dos recursos financeiros.

Perante esta realidade, existem várias "tentativas que as pessoas mais desfavorecidas procuram, para criarem rendimentos que assegurem as suas sobrevivências, e por conseguinte criam e desenvolvem uma série de esquemas, instituições e intermediários financeiros fora do sector financeiro formal. Estas práticas ocorrem assim, naquilo a que se designa por sector financeiro informal"[29].

Devido a importância que o sector informal tem vindo a conquistar na ASS, é fundamental perceber como ocorre o processo de financiamento no sector informal. "As actividades do sector financeiro informal conheceram um considerável desenvolvimento, aumentando não só em valor absoluto mas também em termos relativos face ao sector financeiro formal, uma vez que as reformas encetadas no quadro dos PAE (Programas de Ajustamento Estrutural) não se revelaram eficazes na redução dos custos de transacção bancárias (nomeadamente, em relação aos empréstimos aos pequenos empresários) "[30].

A burocracia aliada à corrupção torna mais difícil o financiamento formal nos países em desenvolvimento, o que proporciona um alastramento sem precedente do financiamento informal.

O sistema financeiro é propulsor do desenvolvimento económico. No entanto, na esmagadora maioria dos países em vias de desenvolvimento, os mercados de capitais são imperfeitos: sistemas financeiros pouco desenvolvidos, informação incompleta e de pouca evidência relativamente à relação entre poupança e taxas de juro. Ou seja, e neste último caso, o ponto de vista de Mckinnon (1973) e

[29] Ducados, Henda e Ferreira, Manuel Ennes, Documento Trabalho nº53
[30] Lopes: 2002

Shaw (1973) segundo os quais taxas de juro mais altas aumentam as taxas de poupança, criando desse modo mais recursos disponíveis para investimento e crédito, não tem sido de todo evidente.

Uma característica evidente em todos os países da África subsariana é o dualismo financeiro: a par do sector financeiro formal, institucional e regulado, existe igualmente um sector financeiro informal.

Normalmente as pessoas que recorrem aos sistemas financeiros informais são aquelas que estão limitadas ou não têm acesso às instituições financeiras formais.

Os sistemas de financiamento descentralizado (SFD) (bancos populares, sociedades de financiamento, redes de poupança e crédito cooperativo, crédito mútuo, crédito solidário) reduzem os custos de transacção, limitam os fenómenos de anti-selecção e financiam os excluídos dos sistemas oficiais (Gentil, Hugon, 1996).

Na ASS existem várias formas de financiamento informal, mas a mais conhecida é a do método das «Tontines». "A *tontine* baseia-se, numa adesão individual voluntária. As relações estabelecem-se numa base contratual. O laço associativo é temporário e remete para um objectivo de poupança e de crédito colectivo".

Segundo M. Sedegan o fenómeno tontinier foi primeiramente "demonstrado no Benin no domínio da agricultura. Mas, estava sob a influência da economia capitalista introduzida pela colonização, surgiu para combinar actividades de poupança e crédito"[31].

Quanto ao risco que um sistema financeiro apresenta, no caso das tontines, "a incerteza torna impossível a arbitragem entre o risco financeiro assumido e a remuneração cobrada"[32].

É possível diferenciar três tipos de tontines (Cf. Lelart, 1984);

[31] Kounkou: *2008*
[32] Hugon: 1999

- A *tontine mútua,* com fundos de poupança rotativa em que os ganhos beneficiam cada um dos sócios segundo uma ordem pré-estabelecida, mas susceptível de revisão;
- A *tontine comercial,* com fundos de poupança fixa, administrada por um gerente «tesoureiro» que recebe quotas e autoriza empréstimos. Os tontineiros desempenham então certas funções bancárias. Os créditos e as dívidas são sujeitos a juros. Os depósitos são mais ou menos regulares e os reembolsos podem ser efectuados antes da data prevista;
- A *tontine financeira,* em que a ordem dos levantamentos é posta em hasta pública. A lógica é, portanto, de uma intermediação financeira. Os juros cobrados sobre cada empréstimo são capitalizados e repostos em circulação.

Outro importante método de financiamento informal e que recentemente superou o método de tontines foi o micro-crédito. O prémio Nobel da paz de 2006 Muhammad Yunus do Bangladesh suscitou uma extraordinária mudança silenciosa. "Segundo Muhammad Yunus: Para superar a pobreza, não é suficiente lançar projectos maciços, deve-se apoiar a iniciativa do primeiro elo da cadeia económica e política: o Homem"[33].

O seu banco Gremeen, empresta dinheiro as pessoas mais pobres do mundo: aquelas que não dão garantias nenhumas e a quem nenhum banco tradicional emprestaria dinheiro.

"O seu método é espectacular e no seu país, mais de 10% da população beneficiam dos seus empréstimos e na sua grande maioria são mulheres, e os empréstimos têm uma taxa de reembolso superior a 90%. É aprovada em 57 outras nações, incluindo os Estados Unidos, China, África do Sul e França. No mundo inteiro, múltiplos organismos inspiram e baseiam em seus princípios"[34].

[33] Kounkou: *2008*
[34] Kounkou: *2008*

Na sociedade africana o método das tontines, reflecte a ligação inextricável entre obrigação e direito, benefício e coacção. As tontines servem como janelas de oportunidades para os pobres e todos aqueles que representam riscos financeiros para as instituições bancárias formais. O fundo financiado, permite lançar um negócio. Os membros não podem falhar com as cotizações porque prejudicariam os restantes membros. É fundamental o cumprimento das obrigações de todos os membros. As obrigações estabelecem-se a partir de um contrato de confiança e honra entre pessoas que partilham os mesmos modos de vida e trabalho, dispensando assim, qualquer tipo de contrato escrito. O Estado não é para aqui chamado. A palavra é a norma. É a palavra que cria e regula as tontines. E é também através da palavra que os conflitos são resolvidos, por isso, a conciliação e o entendimento entre os mesmos são muito importantes.
"Na África, a recusa da pobreza pelos membros das tontines, é a recusa da «maldição negra», muitas vezes vista como uma «maldição divina», e é uma recusa alheia à realidade da política contemporânea africana marcada por corrupção e ditadura"[35].

Como se processa o financiamento no circuito dos membros tontines? Uma história contada na tese «*La tontine, prospérité des nations*» de Dominique Kounkou, demonstra como funciona o financiamento:
" «Uma instituição bancária concede um empréstimo de um milhão, só quando o credor tiver um montante mínimo de 200.000 francos». Devido a dificuldade de uma única pessoa arranjar o montante exigido pelo Banco, «Quatro pessoas fazem uma cotização de 50.000 francos. Uma delas vai ao banco com o montante integral e contrai um empréstimo de um milhão. Esta pessoa vai distribuir aos restantes membros 200.000 francos e de seguida cada um pode contrair um empréstimo de um milhão de francos ao banco"[36].

[35] Kounkou: *2008*
[36] Kounkou: *2008*

Capitulo II. – Factores condicionantes da Economia Informal na África Subsariana

"(…) the informal sector concept was adopted because it arose through effective communications channels at a convenient moment, and because it embodied policy implications which were convenient international organizations and politically middle-of-the road governments. Support of the informal sector appeared to offer the possibility of «helping the poor without any major threat to the rich», a potential compromise between pressures for the redistribution of income and the desire for stability on the part of economic and political elites"[37].

É obrigatório em qualquer abordagem do tema da economia informal na ASS, focar a problemática do desenvolvimento africano.

A questão do desenvolvimento em África está relacionada com a economia informal, visto que a progressão e importância da economia informal deve-se as sucessivas falhas dos modelos de desenvolvimento implementados em África. Já foram ensaiadas várias ideias do modelo do desenvolvimento africano que vai desde o "modelo democrático das transições coloniais francesa e inglesa, aliás de muito curta duração, seguiram-se o partido unificado, partido único, o socialismo africano, a ditadura militar, o marxismo-leninismo e, recentemente, de novo a democracia. Todos estes modelos se revelaram um fracasso"[38].

Neste capítulo procuraremos analisar a relação entre os factores condicionantes referidos e a economia informal na ASS.

O comércio externo é importante para os países africanos, porque, "os ritmos das economias africanas são modelados pelas flutuações internacionais de câmbio, dos preços, das taxas de juro e dos fluxos comerciais. Portanto existe uma assimetria dos choques positivos e negativos"[39].

[37] Bromley: 1978:1036

[38] Hugon: 1999

[39] Hugon: 1999

A África perdeu competitividade externa: o seu peso, no comércio mundial, baixou mais de metade, entre 1970 e 1995; A industrialização por substituição de importações criou enviesamentos anti-exportadores, aumentando a rentabilidade dos sectores não mercantis (protegidos) e aumentando o custo dos sectores exportadores; A liberalização do comércio externo, conduzida desde os anos oitenta, não se traduziu salvo raras excepções, por um relançamento das exportações.

A ASS foi absorvida ao longo dos anos, pela engrenagem do endividamento permanente (Raffinot, 1992). "O crédito deve ser garantido com base no crescimento dos activos reais. Porém, as fugas de capitais, os financiamentos dos «elefantes brancos» ou de projectos que criam excessos de capacidades de produção de produtos primários, não permitiram, geralmente, a criação de activos reais rentáveis"[40].

Toda esta realidade favorece a progressão da economia informal na ASS.

[40] Hugon: 1999

1 – O impacto do Comércio, da ajuda e do endividamento na Economia Informal nos países da África Subsariana.

"… Mesmo se o comércio não é suficiente para erradicar a pobreza, é essencial se se quiser que os pobres tenham esperança num futuro melhor. Por exemplo a 30 anos, a Coreia do Sul era tão pobre quanto o Gana. Actualmente, graças ao crescimento proporcionado pelo comércio, é tão rica quanto Portugal"[41].

Entre Março e Junho de 1964, realizou-se em Genebra, a 1ª sessão da Conferencia das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED). Esta Conferencia que entretanto se tornou Órgão Permanente da ONU, coopera com os países em desenvolvimento para promoção das exportações, divulgação de informação sobre mercados e técnicas de comercialização, apoio à criação de serviços de exportação e à formação profissional. A ideia de institucionalizar o debate dos problemas interligados do comércio e do desenvolvimento levou a formação do "Grupo dos 77" países em desenvolvimento, presentes na conferência, para aprofundamento das relações comerciais mútuas e promoção dos seus interesses e poder de negociação face aos países industrializados.

Na 2ª sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e o Desenvolvimento, em 1968, foi acordada a instauração de um sistema geral de preferências (SPG) aduaneiras não recíprocas e não discriminatórias para as exportações de produtos manufacturados e semi-acabados dos países em vias de desenvolvimento. O SPG prevê a eliminação dos direitos alfandegários para produtos manufacturados exportados pelos países em desenvolvimento ou a sua redução relativamente ao direito normal (ou "direito de nação mais favorecida"), com contingentes estabelecidos anualmente pelo país importador.

[41] M. Mike Moore, Director Geral da OMC (1999 – 2002)

Neste período os países da ASS apostavam fortemente em modelos de desenvolvimento baseados na substituição de importações. O Estado assumia o papel de motor e promotor da economia. A economia informal era tida como residual.

Inicialmente a África beneficiou dos mecanismos compensatórios e dos estatutos preferenciais., os quais porém, perderam a competitividade com o crescimento da concorrência sobre mercadorias (produtos de base vulgarizados e estandardizados) (Chalmin, 1990).

Ao longo dos anos 1970, as instabilidades externas e a sua transmissão ao interior de África aumentaram. "Numa primeira fase, o fluxo dos preços foi compensado por um endividamento interno e externo do Estado antes que a falência financeira conduzisse as políticas deflacionistas"[42]

A economia informal emergia como gerador de iniciativas, competências e recursos fomentadores do desenvolvimento económico.

A conjuntura dos anos 1980 não incentivou o investimento privado e o saldo do fluxo destes capitais foi negativo, registando-se alguns casos de financiamento multilateral a ser canalizado para pagamento do serviço da dívida privada.

A suspensão do serviço da dívida pelo México suscitou o receio de outros países pudessem seguir-lhes o exemplo, com perigo de ruptura para o sistema financeiro internacional, numa conjuntura mundial pouco favorável, de baixos níveis de crescimento do produto e de comércio, altas taxas de juro e baixa acentuada dos preços internacionais dos produtos primários. Quando o México suspende o serviço da dívida externa em Agosto de 1982, o problema da dívida afectava a totalidade da comunidade internacional e exigia uma acção concertada dos diversos intervenientes – países em desenvolvimento, bancos internacionais, credores e países desenvolvidos. Esta

[42] Hugon: 1999

suspensão coincidiu com um decréscimo de 2,5% do volume do comércio mundial e com uma deterioração de 10% nos termos de troca para os países em desenvolvimento.

Em 1985, as autoridades norte-americanas tomaram a iniciativa de propor medidas para relançar o crescimento económico nos países em desenvolvimento, com base na liberalização do comércio, no fomento do investimento estrangeiro e na privatização de empresas públicas. Este período "traz consigo uma certa relativização do papel económico do informal paralelamente à enfatização do seu papel social, nomeadamente no que respeita à geração de empregos, de rendimentos, de competências profissionais e de protecção social"[43].

Os países da África Subsariana beneficiaram da Iniciativa de Trinidad, de Setembro de 1990, que consentia no prazo de reembolso de 20 anos e 10 anos de carência para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, e, para os restantes débitos, um período de reembolso de 15 anos, com 8 anos de carência e taxas de juro de mercado. "No entanto, a ajuda entra em choque com as fracas capacidades de absorção; ela é frequentemente desviada dos seus fins e os seus efeitos multiplicadores são limitados (para 100 fluxos de entrada, tornam a sair imediatamente 60). Esta intervenção cria igualmente efeitos perversos: enviesamentos a favor dos projectos capitalistas e encargos recorrentes. Representando, em 1996, 5,3% do PIB da África, a ajuda tende a baixar"[44].

Os países da África Subsariana viram-se confrontados com o peso do endividamento externo e com o processo de adaptação aos mecanismos do mercado, por vezes no âmbito de programas de ajustamento Estrutural.

[43] Lopes: 2004
[44] Hugon: 1999

2 - Programas de Ajustamento Estrutural e o Sector informal

Os programas de ajustamento estrutural surgiram após as duas crises petrolíferas no inicio e no final da década de 1970.

Na década de 1980 o termo "políticas de Ajustamento Estrutural" surge em substituição do termo "políticas de desenvolvimento", sobretudo nos países africanos em vias de desenvolvimento (Valette, 1997).

No inicio da década de 1980, a grande maioria dos países da África Subsariana recorrem ao crédito concedido pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional através dos Programas de Ajustamento Estrutural para fazerem face a crise. Inicialmente baseava-se na implementação de Programas de Estabilização da situação económico-financeira no curto prazo. O apoio financeiro era prestado através de linhas de crédito especiais de baixa condicionalidade: para o desbloqueamento dos recursos se efectivar não era imperativo o cumprimento de um conjunto de critérios de realização.

"Concebidos nacionalmente em momentos diferentes e de acordo com consequências de concretização diversificadas, os programas de ajustamento entraram igualmente em choque com as interdependências existentes entre as economias e as politicas nacionais. Assim, paradoxalmente, acabaram por favorecer mais os circuitos informais (cf. Coussy, Hugon, 1992) "[45].

As medidas de estabilização cujos efeitos desejados não foram alcançados, originaram um ciclo vicioso: os empréstimos agravam o peso da dívida no contexto de reescalonamento da dívida negociável e do reembolso da dívida ligada aos empréstimos (Hugon, 1999).

[45] Hugon: 1999

Os PAE's tiveram efeitos sobre a economia informal. Embora os PAE's não contivessem uma política activa para com o sector informal, no entanto, tiveram um impacto sobre o sector informal, através de medidas sobre os preços, as importações, etc. Mas o maior impacto foi na redução do peso do Estado na economia em particular através de cortes no orçamento. A redução dos funcionários públicos, obrigou um aumento das actividades informais, visto que, os ficaram desempregados procuraram arranjar uma forma de sobrevivência, uma vez que não existem subsídios de desemprego na generalidade dos países africanos. Os próprios funcionários públicos são obrigados a exercerem actividades informais para complementarem os baixos salários da Função Pública."Os PAE's eram pacotes de reforma de políticas com objectivo de alcançar estabilidade macro-económica e um modelo de crescimento baseado nas exportações, assumindo-se que esta receita poderia reduzir a pobreza. Dentre as medidas avançadas, constam o corte nos gastos públicos, a adopção de políticas monetárias e fiscais restritivas, liberalização da economia, desregulamentação dos preços internos, e a privatização das empresas estatais e da provisão de alguns serviços públicos essenciais, como condições para acesso ao crédito; as chamadas condicionalidades"[46].

Os PAE's, concretizaram-se com a "privatização das empresas públicas e do comércio e com a liberalização dos preços e mercados, fazendo emergir uma grande variedade de operadores económicos (pequenos empresários, incluindo produtores, grossista distribuidores, retalhista, vendedores itinerantes, processadores e transportadores) que actuam informalmente"[47].

Durante muito tempo, o Estado teve uma atitude de indiferença e mesmo hostilidade para com o sector informal. "As actividades informais foram consideradas improdutivas, ilegais ou perturbadoras

[46] Macuane, José Jaime, "Os Paradoxos do Desenvolvimento à La Carte", artigo apresentado na XI Assembleia Geral da CODESRIA, Maputo 6 a 10 de Dezembro
[47] Domingues: 2000.

da ordem pública. Alguns governos procuram combater o sector informal, através de medidas de perseguição de artesãos e de regulamentações discriminatórias"[48]. Uma mudança de atitude ocorreu na década de 1980, na sequência da crise económica. "Alguns Estados estavam dispostos a reconhecer o sector informal e a sua importância"[49].

Para Jacques Charmes (2000ª) o Sector informal será sempre "um campo de dupla contradição com o Estado. Sua negação é, sobretudo, a sua imagem invertida, como ela cresce e prospera fora da regulamentação do Estado. Mas ela também se tornou uma condição de reprodução, para o fornecimento de bens e serviços para o mercado e oportunidade para o poder de compra"[50].

O relatório anual sobre desenvolvimento no mundo do Banco Mundial, em 1990, intitulado "Pobreza", concebe uma estratégia de desenvolvimento tendo em conta explicitamente a luta contra a pobreza. O sector informal é o elemento principal dessa estratégia, porque é uma fonte de emprego e de rendimento.

Segundo o mesmo relatório, o sector informal "representa 75% do emprego urbano em muitos países da África subsariana" (Banco Mundial, 1990: 72) e pequenas empresas do sector informal "são a principal fonte de renda para os pobres urbanos" (IDEM: 39).

[48] Macuane, José Jaime, "Os Paradoxos do Desenvolvimento à La Carte", artigo apresentado na XI Assembleia Geral da CODESRIA, Maputo 6 a 10 de Dezembro

[49] Macuane, José Jaime, "Os Paradoxos do Desenvolvimento à La Carte", artigo apresentado na XI Assembleia Geral da CODESRIA, Maputo 6 a 10 de Dezembro

[50] Charmes: 2000b

Este relatório dedica uma secção inteira ao papel do sector informal, e sobretudo descreve as características, que aparecem na caixa abaixo:

O sector informal é muito desigual quanto a estruturas e actividades. É constituído por empresas individuais e pequenas empresas que empregam um número reduzido de aprendizes (muitas vezes familiares) e alguns colaboradores fora das normas regulamentares de trabalho. Muitos pagam impostos de forma indirecta. Os salários são normalmente inferiores aos do sector formal, sobretudo os salários dos aprendizes. Mas muitos empresários do sector informal conseguem ter melhores condições que os do sector formal. O sector informal inclui todos os tipos de actividades que vão desde a produção, transporte, comércio altamente dinâmico e trabalhos marginais tais como a eliminação e reciclagem de lixo. A maior parte da produção é para o consumo - principalmente as de famílias de baixa renda - e muito pouco para exportação. Como no sector rural não-agrícola, o crescimento do sector informal está dependente do resto da economia e, em particular, da procura de bens e serviços não incluídos no comércio internacional

O relatório sobre o desenvolvimento mundial do Banco Mundial em 1995 "analisa os diversos factores que afectam o bem-estar dos trabalhadores do sector informal em termos de globalização e liberalização. E procura uma nova estratégia de crescimento económico que garanta aos trabalhadores do sector informal uma integração no sector formal, onde terão melhores condições"[51].

[51] Nsengiyumva, Marie-Joséphine, *Secteur informel et politiques publiques en Afrique,* Institut Universitaire D'Etudes du Développement

3 – O projecto do *"desenvolvimento sustentável da África"* no contexto da expansão da Economia Informal

Na África subsaariana, alastra a insegurança alimentar. "Mais de 30% da população africana – 200 milhões de pessoas, pelo menos – sofre de malnutrição; em alguns países, a percentagem de população afectada pode mesmo chegar aos 70%, de longe o valor mais elevado a nível mundial"[52].

Se as nações africanas puderem tomar as suas decisões políticas com base numa melhor informação, reforçar-se-á o sentido de oportunidade e a eficácia da ajuda comunitária e contribuir-se-á para uma boa governação e, consequentemente, para a capacidade de os decisores políticos de África cumprirem os objectivos de desenvolvimento do milénio.

A questão ambiental engloba os riscos de desertificação, a gestão dos recursos florestais, incluindo o corte de árvores, a exploração e conservação da biodiversidade, o regime de utilização dos solos e de posse de terras, a gestão dos recursos hídricos, incluindo o meio costeiro e marinho, o impacto das alterações climáticas e cenários relacionados com as carências das populações e as pressões populacionais. A informação relativa a segurança alimentar engloba previsões de colheitas e de situações potenciais de escassez de alimentos e informações sobre as populações vulneráveis e as suas necessidades.

A informação relativa às situações de crise engloba alertas de catástrofe natural, alertas rápidos de conflito potencial, a avaliação de vulnerabilidades, a análise de situações, especialmente no que respeita aos recursos que financiam os conflitos, como os diamantes ou a madeira; engloba também a avaliação dos danos e das

[52] OMS/AFRO, *Situação da alimentação dos latentes e crianças pequenas na África Subsariana,* Escritório Regional Africano, Brazaville, 2001

necessidades humanitárias no rescaldo de crises, a identificação das oportunidades e opções de intervenção, incluindo apoio à prevenção de crises, o ordenamento de zonas edificadas, as crises e as operações de reconstrução pós-crise.

Outra das questões preocupantes é o risco de "desaparecimento de algumas importantes cidades costeiras em África, como é o caso das cidades de Alexandria (Egipto), Lagos (Nigéria), Banjul (Gâmbia), Abidjan (Costa do Marfim), Mombaça (Quénia) e Bamenda (Camarões), as quais já têm os seus dias contados e arriscam-se mesmo a ficar debaixo de água caso não sejam implementadas medidas urgentes"[53].

O desenvolvimento económico é associado a uma urbanização qualificada e prevê-se que a lista de «mega-cidades» passe a integrar, em 2025, algumas metrópoles africanas, como é o caso de Kinshasa, a capital da República Democrática do Congo, para a qual se espera uma população de 16,7 milhões, seguida de Lagos, na Nigéria, com 15,8 milhões. No geral, calcula-se que os níveis de urbanização cresçam em 70 por cento durante os próximos 40 anos o que leva a crer que metade da população africana seja urbana em 2050, com cerca de 1,2 bilião de habitantes, quase um quarto da população mundial. Porém, é importante frisar que "cerca de 62 por cento da população da África subsariana vive em assentamentos informais, nomeadamente na Etiópia, em Angola, na República Centro Africana, no Chade, na Guiné-Bissau, em Madagáscar, Moçambique, Níger, Serra Leoa e Sudão, países onde este tipo de assentamento equivale à falta de saneamento, falta de água potável e falta de espaço"[54]. O assentamento informal é visto como sinónimo de vida precária. Neste sentido existe o programa ONU-Habitat, que procura melhorar as condições das cidades, através do desenvolvimento urbanístico sustentável. A proliferação da Economia

[53] www.uneca.org/cfm/2008/docs/portuguese/climatechange.pdf
[54] www.panapress.com

Informal na África Subsariana está intimamente ligada a uma urbanização descontrolada e ao excedente de populações nos grandes centros urbanos. Exemplo disso é a cidade de Luanda em Angola, que foi construída para acolher meio milhão da população e tem actualmente mais de três milhões. Esta cidade capital é relevante no quadro da análise da importância da economia informal, porque é nela que se encontra "um dos maiores mercados informal da África, conhecido pelo nome de «Roque Santeiro» "[55].

"Sob o tema «Cidades Harmoniosas», a directora da organização das Nações Unidas ONU-Habitat, Anna Tibaijuka, foi recebida em Angola pelo ministro do Urbanismo e do Ambiente, Diekumpuna Sita N'Sadisi José, onde destacou a «fase de arranque» em que se encontra Luanda, um momento que viu como a altura certa para ultrapassar vários obstáculos urbanísticos com que o país se depara, nomeadamente a construção informal (construções de barracas sem licença). «A urbanização da pobreza é sem dúvida um dos maiores desafios do desenvolvimento», afirmou Tibaijuka, acrescentando que esta é a maior culpada pelas «assimetrias urbanas» que só podem ser resolvidas através de uma «responsabilidade moral e ética em tornar as nossas cidades mais harmoniosas», um «imperativo social» para que possamos combater «a pobreza humana e o desconforto, se de facto pretendemos garantir o bem-estar e a segurança urbana»"[56].

A directora-geral da ONU-Habitat, por sua vez, apelou a um maior esforço em direcção à sustentabilidade ambiental causado pela crescente urbanização. " «As cidades consomem 75 por cento de toda a energia e contribuem para uma quantidade igualmente substancial de gases de efeito de estufa. Reduzir a contribuição das cidades para as mudanças climáticas e a vulnerabilidade das cidades aos efeitos das mudanças climáticas deve ser visto como uma oportunidade

[55] Lopes: 2007.
[56] http://www.africatodayonline.com/pt/noticia/3064/angola-em-plena-era-urbana/

histórica de melhorar as condições de vida de todas as mulheres e homens», acrescentou"[57].

Capitulo III. – O contexto económico e social africano e perspectivas na 1ª Década do século XXI

"O problema do futuro ocupa uma África inquietada por um presente desfavorável. É uma insatisfação da África moderna que se imbricam ódios, revoltas, esperas, decepções, esperanças, falsas partidas, desencontros, sucessos e círculos viciosos"[58]

A opinião mais comum, na literatura económica e no discurso político sobre o tema, é que a Economia Informal é prejudicial ao crescimento económico.

Segundo algumas previsões, a expansão económica da África subsariana é uma incógnita. No entanto, as várias linhas de argumentação sobre a relação entre Economia Informal, concorrência e produtividade permitem sustentar posições diversas.

O factor exógeno do crescimento económico em África é pouco favorável. A economia está a desacelerar, os preços do petróleo depois de alcançarem níveis sem precedentes voltaram a cair e persiste a instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

As flutuações dos preços de petróleo e dos alimentos representam riscos para os países da África uma vez que as exportações destes países serão afectadas. São países com fraca capacidade de reacção às instabilidades nos mercados financeiros internacionais e à redução

[57] http://www.africatodayonline.com/pt/noticia/3064/angola-em-plena-era-urbana/

[58] Jean-Godefroy Bidima, *La Philosophie Negro-Africaine*, Paris, Presses Universitaires de France (Que Sais-Je 1995)

do financiamento externo, o que afectaria o crescimento dos mesmos. A evidência empírica, por seu lado, também não é conclusiva. É certo que, em geral, os países mais desenvolvidos apresentam um menor peso de Economia Informal.

No entanto, quando se olha para períodos específicos, como notam Perry et. al. (2007) "apesar da convicção amplamente difundida de que um grande sector informal prejudica o crescimento económico, as comparações entre países não encontram uma associação robusta entre informalidade e crescimento"[59].

Tendo em conta a conjuntura económica internacional prevê-se agora uma redução no crescimento económico em África.

O compromisso contraído pelos chefes de Estado do grupo G8 em Gleneagles em 2005 de duplicar a ajuda a África para 2010 parece cada vez mais difícil de atingir. "Dada a complexidade do processo de crescimento económico, é muito difícil detectar o efeito total da Economia Informal, porque esta variável pode afectar indirectamente o crescimento económico através de outras variáveis"[60].

Neste contexto, a economia informal continua a crescer e a tornar-se cada vez mais, num fenómeno irreversível.

As guerras civis diminuem grandemente em África, enquanto os IDE's (Investimentos Directos Estrangeiro) aumentaram, a democracia ganha cada vez mais espaço, as cooperações comerciais aumentaram, há um aumento significativo da população e consequente aumento da mão-de-obra activa, ao mesmo tempo que existe uma maior convergência entre as diferentes etnias para um maior engajamento na luta contra a pobreza e crescimento económico. Por fim a África tornou-se cada vez mais uma prioridade para os países emergentes como a China e o Brasil. Este quadro animador não tem efeito sobre a economia informal na ASS, visto

[59] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

[60] Citado in *Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

que não existem mecanismos de luta contra a informalidade na ASS. Porém, a promoção do sector informal como saída para a estabilidade política, social e económica, parece mais fácil do que estabelecer uma política efectiva de bem-estar social e de redistribuição de renda, na medida em que o sector informal na ASS contribui para o emprego e é uma das fontes de compensação pela quebra dos salários reais.

1 – A importância da democracia e a sua relação com Economia Informal

"*Não há nada, simplesmente nada, mais importante para África do que uma boa governação*"[61]

Nos anos de 1950, a independência de cada uma das colónias apresentou-se como a única saída para a tensão colonial. A descolonização que se verificou foi em grande medida através de negociações durante os quais os novos Estados adoptaram constituições democráticas ao estilo das antigas metrópoles. Portanto os Estados independentes surgiram com um marco institucional que assumia certa forma de democracia liberal representativa idêntica as existentes nos Estados europeus. "A legitimidade política dos novos regimes assentava no protagonismo anti-colonial, quase que de forma exclusiva, e não nos programas políticos que os novos regimes podiam ter, nem na consagração eleitoral; antes assentava no anti-colonialismo, no mérito de se ter realizado o sonho da libertação do domínio colonial"[62].

Mas, rapidamente este edifício institucional vai mostrar-se inoperante, visto que os regimes militar e de partido único foram-se

[61] Mo Ibrahim é presidente da Mo Ibrahim Foundation

[62] http://www.ieei.pt/files/Paper_JoaoCravinho_final.pdf

estabelecendo por motivos vários: contexto da guerra-fria; influência de uma classe elitista dominante; influência do poder militar pela sua importância na luta de libertação nacional, diversidade étnica, etc. Os objectivos da construção nacional e a modernização económica sobrepuseram-se aos da democracia e da participação popular nos discursos dos governantes. Muitos dirigentes tomaram o poder por via de golpes de estado e governaram pela repressão. "A única alternativa à aplicação de mecanismos de distribuição patrimonial é corrosiva de qualquer consolidação institucional. O expoente máximo desta forma de governar foi Houphoet Boigny, na Costa do Marfim, e muitos comentadores consideram que ele era um sábio, porque na sua época ele soube manter a paz social através da distribuição criteriosa dos recursos do Estado. O sucesso de curto prazo de Houphoet Boigny levou precisamente ao desastre a médio prazo da Costa de Marfim actual"[63].

No início da década de 1990, houve autores e conhecedores da matéria, que falaram sobre uma segunda liberalização da África caracterizada pelo fim das ditaduras e a consagração da participação dos cidadãos nos assuntos públicos. A legitimidade do modelo desenvolvimentista dos nacionalismos independentistas estava esgotada desde a década de 1980, e uma série de transformações institucionais começaram a verificar-se em cada um dos Estados africanos.

São vários processos históricos que explicam o reforço da retórica democrática e o surgimento das transformações políticas em todos os países da África subsariana no início dos anos de 1990.

Em primeiro lugar, os Estados autoritários incapazes de levar a cabo a promessa de modernização e apoiados em mecanismos repressivos surgem nesta fase atolados numa profunda crise financeira e de legitimidade. Tudo isto foi em parte favorecido pela deterioração dos

[63] http://www.ieei.pt/files/Paper_JoaoCravinho_final.pdf

preços das matérias-primas no mercado internacional e pelo fracasso dos programas de Ajustamento Estrutural.

O fim da guerra-fria significou o fim dos apoios incondicionais das super-potências a regimes despóticos em função do alinhamento internacional.

Quando se tornou evidente que os programas de Ajustamento Estrutural não estavam a obter resultados, criou-se uma preocupação em relação à governação, aos sistemas de governo e aos direitos humanos. "A pressão ocidental, exercida por via de controlo sobre recursos da cooperação internacional – a chamada condicionalidade política – obrigava a eleições, mas empenhava-se pouco na democratização mais profunda do país, algo que só pode ser satisfatório para quem confunde eleições, que são um instrumento da democracia, com a própria essência da democracia"[64].

A estabilidade política é essencial em África, porque a falta dela é uma das razões do retrocesso do continente. A instabilidade política serve de estímulo à economia informal. Segundo Centeno e Portes (2003), "neste contexto, em que a economia formal não é capaz de assegurar a sobrevivência de parte substancial da população, a «almofada» fornecida por uma economia informal dinâmica pode fazer toda a diferença entre a relativa tranquilidade e a instabilidade política"[65]. Pretendemos com isto, sublinhar que a democracia em forma de eleições só serve para atrair os financiamentos externos e não é um estímulo ao bom funcionamento das instituições, porque não há compromisso entre os governantes e os cidadãos eleitores.

A democracia africana é mais formal que real. É uma democracia limitada e adaptada às mudanças da conjuntura internacional. As eleições são feitas a partir de um processo deficiente de recenseamento e de educação cívica. Os resultados são tardiamente publicados o que favorece manipulações e fraudes.

[64] http://www.ieei.pt/files/Paper_JoaoCravinho_final.pdf.
[65] http://www.ieei.pt/files/Paper_JoaoCravinho_final.pdf

Esta cruel realidade não se deve confundir com certos pessimismos acerca do continente africano mas, pelo contrário, devem servir como aspectos a ter em conta na criação dos mecanismos de incentivos à democratização da África.

Enquanto os financiamentos externos forem mal geridos e a democracia não se consolidar na sua verdadeira essência, a economia informal continuará não só à assumir o papel de substituto de Estado e da sobrevivência da esmagadora maioria da população, como também o de promotor e dinamizador do crescimento económico.

2 – A Expansão Demográfica Urbana e a progressão do sector informal na África Subsariana

Quando a maioria dos países da ASS alcançaram a independência, os governos apostaram em "modelos de desenvolvimento baseados na substituição de importações e no papel motor do Estado"[66] o que motivou o êxodo rural que, acompanhado por um rápido crescimento das populações urbanas, deixou o Estado sem capacidade para gerir o rápido aumento da mão-de-obra. Perante a falta de emprego e o número crescente de desempregados, a solução foi a "emergência do retalho informal, enquanto suporte estruturante do abastecimento alimentar das populações e como actividade dominante com finalidades de sobrevivência"[67].

A expansão demográfica urbana não foi devidamente acompanhada, o que permitiu o crescimento contínuo das áreas de habitação informal.

O crescimento acelerado da população urbana também teve efeito directo na oferta e procura dos bens alimentares. O aumento da

[66] Lopes: 2004
[67] Lopes: 2002

procura dos bens favoreceu a obtenção desses mesmos bens nos mercados paralelos.

Os grandes centros urbanos na ASS estavam construídos na época colonial numa lógica funcional que correspondia às funções que desempenhavam. Nessa época a actividade produtiva concentrava-se nas zonas rurais e os grandes centros urbanos ocupavam-se de funções administrativas. As cidades estavam controladas e ocupadas pela população europeia. Com a transição para a independência, estas mesmas cidades sofreram com o fluxo da chegada das populações rurais. As consequências do êxodo rural estão, em parte, directamente relacionadas com a expansão do sector informal.

A rápida expansão demográfica, acompanhada da falta de gestão pública urbanística, a procura de habitação, de transporte, de água potável, de energia e de saneamento é satisfeita, em parte, por iniciativas populares, através de uma dinâmica informal.

3 – A Economia Informal no quadro da nova Relação China África

A relação China–África aumentou no inicio da década de 1970, quando a China foi proclamado pela resolução 2758 da Assembleia-geral da ONU como único representante[68] nas Nações Unidas com votos de 26 países africanos, o que levou a invocação do conceito do Mao, segundo o qual «foram os nossos irmãos africanos que nos introduziram nas Nações Unidas»[69].

A relação China–África é uma relação essencialmente comercial. Ela aumenta substancialmente nos finais da década de 1990, no âmbito da nova cooperação Sul–Sul. Segundo o ex-secretario geral da ONU Koffi Annan a China é um exemplo de cooperação Sul-Sul, afirmaria na mensagem à II Conferência Mundial do Fórum sobre Cooperação China-África que "a China, com o seu apoio ao desenvolvimento das infra-estruturas, saúde, educação, agricultura, trocas comerciais e muitas outras áreas em África, mostra-se fiel ao seu compromisso com a cooperação Sul-Sul, e pode ajudar a África a dar passos seguros para acompanhar as Nações Unidas à atingir os Millennium Development Goals"[70].

O Fórum de Cooperação sino-africano, foi criado em 2000 como um espaço de diálogo e cooperação entre a China e a África, neste contexto, constituí uma plataforma de relações de nova parceria entre países em desenvolvimento, preocupados em enfrentar conjuntamente a globalização ao mesmo tempo em que buscam relações económicas e sociais que produzam vantagens mútuas

A China está apostada em investir em África em sectores como: portos, caminhos-de-ferro e projectos de infra-estrutura. Estes investimentos parecem estar, até à data, isentos de qualquer tipo de

[68] Taiwan era membro das Nações Unidas
[69] http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/cooperao_china_africa.doc
[70] http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/cooperao_china_africa.doc

condicionalismos, o que leva o governo chinês a ser muitas vezes acusado de colaboração com regimes despóticos em África. Estas acusações recaem sobre países como Angola e Sudão que são os maiores fornecedores de petróleo a China.

Quais as vantagens desta cooperação?

Para a China esta "cooperação é importante para alcançar os objectivos de desígnios estratégicos no acesso a recursos naturais, como petróleo e madeira e outras matérias-primas de que o seu desenvolvimento carece, para além de pretender projectar influências políticas para se afirmar como potência global"[71]. O centro de estudos americano, a Heritage Foundation, tido como conservador, pressupõe que a China está activamente a expandir a sua influência em África para assegurar os fornecimentos de recursos naturais, de que a crescente economia chinesa necessita; e também para contrabalançar a influência política e económica ocidental, aumentando, ao mesmo tempo, a influência global da China. De acordo com algumas fontes, a China recebe actualmente um quarto das suas importações de petróleo proveniente de África, tendo interesses petrolíferos em Angola, Argélia e crescentes participações no Sudão, Guiné-Equatorial e Nigéria. "Os europeus e americanos vão mais longe, ao ponto de acusarem a China de pretender uma nova colonização da África ou uma invasão a África ou ainda de proteger países de governos corruptos e que violam direitos humanos. Mas segundo o Embaixador da China em Moçambique, as acusações não têm fundamento porque «nossas relações começaram há séculos e a China nunca ocupou a terra africana, nunca comprou ou vendeu escravos. O que existe nos 600 anos de conhecimento mútuo é amizade e cooperação. São relações abertas, transparentes e não contra uma terceira parte» "[72]. Por conseguinte, ao tipo de cooperação com os países africanos, a

[71] http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/cooperao_china_africa.doc
[72] http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/cooperao_china_africa.doc

China responde com a sua política de não ingerência nos assuntos internos e com o "respeito pelo caminho de desenvolvimento escolhido segundo a vontade dos países africanos"[73], que seria um dos seus princípios gerais de cooperação.
Para a África esta cooperação com a China representa talvez uma nova esperança. É uma nova fonte de investimentos e de bens de consumo duráveis de baixo preço.

Qual o impacto na economia informal desta relação sino-africano?
A resposta a esta questão é mais emotiva que cientifica, visto que, não há nenhum estudo científico sobre o impacto da mesma no progresso ou retrocesso da economia informal.
Por um lado, a relação sino-africano, poderá contribuir para a redução da economia informal, uma vez que, os agentes económicos informais em África são em grande maioria pessoas desempregadas. Ora a China está a "investir cada vez mais nas indústrias têxteis, agro-industriais, turismo, telecomunicações, etc., indústrias intensivas em mão-de-obra"[74] o que é fundamental para África, porque cria empregos. Mas por outro lado, poderá aumentar a dinâmica da economia informal, porque, "cria pouco emprego com a sua ajuda, porque trás os seus próprios trabalhadores"[75].
Outro contributo importante da China em África e que pode ter impacto na economia informal é a anulação da dívida externa dos países africanos que, ao contribuir para aliviar os orçamentos de estado de muitos países africanos, permite que os governos desses países não atrasem ou falhem os pagamentos dos salários dos funcionários públicos, o que poderá contribuir para travar a dedicação destes funcionários à actividades informais.

[73] http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/cooperao_china_africa.doc
[74] África, la Nueva Frontera China, EDICIÓN ESPECIAL DEL BOLETIN GOVERNASIA, Coordenada por: Guillermo Martínez / Christopher Burke
[75] África, la Nueva Frontera China, EDICIÓN ESPECIAL DEL BOLETIN GOVERNASIA, Coordenada por: Guillermo Martínez / Christopher Burke

O modelo de desenvolvimento da China poderá ter impacto na economia informal na ASS, porque "em 30 anos a China conseguiu tirar 600 milhões de pessoas da pobreza"[76] e este modelo poderá servir de fonte de inspiração e de ideias interessantes para África e ao mesmo tempo poderá contribuir para a redução da economia informal, visto que, a esmagadora maioria das pessoas que praticam actividades informais são pobres.

A relação China-África é incontornável e prova disso foi o êxito da Cimeira FOCAC (Fórum on China-Africa Cooperation)[77] realizada em Novembro de 2006 em Pequim com a participação da maioria esmagadora dos países africanos. O lema da cimeira foi «amizade, paz, cooperação e desenvolvimento» e o ponto alto da cimeira foi a proposta do chamado consenso de Pequim em vez de Washington e que se traduzia em: "Tudo o que funciona é bom, e não o que diz o consenso de Washington: o desenvolvimento vai à frente da democracia, com mais diplomacia soft, frente ao hegemonismo e militarismo"[78].

Perante isto e no que diz respeito ao impacto desta relação na economia informal só o tempo nos dirá.

[76] África, la Nueva Frontera China, EDICIÓN ESPECIAL DEL BOLETIN GOVERNASIA, Coordenada por: Guillermo Martínez / Christopher Burke

[77] http://www.focac.org/eng/

[78] África, la Nueva Frontera China, EDICIÓN ESPECIAL DEL BOLETIN GOVERNASIA, Coordenada por: Guillermo Martínez / Christopher Burke

CONCLUSÕES

Se nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) a Economia Informal é tida como um fenómeno a combater, no que respeita aos países da ASS, esta visão é completamente diferente. Nos países desenvolvidos "a opinião mais comum na literatura económica e no discurso político sobre o tema é de que a Economia Informal é prejudicial ao crescimento económico"[79], enquanto nos países em desenvolvimento e principalmente nos países da ASS ela existe como um acto de sobrevivência e um substituto da Economia Formal. A Economia Informal tem uma relação complementar com a Economia Formal nos países da OCDE, enquanto nos países da ASS, a sua relação é de substituição.

Na África Subsariana a Economia Informal abrange todos os quadrantes da sociedade e muitas vezes é confundida com o fenómeno da corrupção. Por isso, o seu combate poderia resultar numa convulsão social sem precedentes. Seria importante distinguir a Economia Informal de outros fenómenos a combater em África, para que ela possa ter um lugar de destaque em todos os programas a serem implementados no processo de desenvolvimento na África Subsariana. " A existência da Economia Informal faz com que as Estatísticas Oficiais retratem de forma imperfeita a realidade económica: os dados sobre emprego e desemprego, sobre a evolução do PIB, sobre a produtividade e sobre as contas externas nomeadamente vêem a sua fiabilidade diminuída"[80], e por outro lado, o seu comportamento é normalmente contra-cíclico, pelo que existe o

[79] *Citado in Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

[80] *Citado in Economia informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

risco de que as Estatísticas Oficiais sugiram oscilações da actividade económica mais acentuadas do que as que na realidade se verificam.
Nos países onde o sistema de justiça seja ineficaz ou mesmo corrupto, o incentivo para a formalização das actividades informais fica diminuído. Este é um dos aspectos a ter em conta, quando se analise a economia informal na ASS, visto que, na maior parte destes países o sistema judicial é pouco eficiente. A corrupção continua ainda a ser um dos problemas do Estado africano e um entrave ao desenvolvimento. As soluções das instituições internacionais passam sobretudo pela liberalização no sentido de uma menor intervenção do Estado na economia, o que parece ser insuficiente e, em muitos casos, errado para resolver a questão ligada à fraqueza das instituições.
Pretendemos concluir que a economia informal é importante na ASS, por isso, ela não deve ser encarada apenas como um obstáculo no processo de desenvolvimento. Mas, para que ela pudesse contribuir para o processo de desenvolvimento na África Subsariana, seria importante desenvolver e melhorar o sistema das estatísticas do trabalho e das contas nacionais, a qualidade de base de informação para a análise macroeconómica e para o planeamento, bem como a formulação e a avaliação de políticas. Esse sistema deverá fornecer informação quantitativa sobre a contribuição do sector informal para os vários aspectos de desenvolvimento económico e social, incluindo a criação de empregos, a produção, a geração de rendimentos, a formação de capital humano e a mobilização de recursos financeiros. O sistema poderá também fornecer dados para a elaboração e acompanhamento de políticas de apoio e programas de assistência específicos para o todo ou para uma parte do sector informal, tendo em vista o aumento do potencial de produção e da capacidade das unidades de sector informal para gerarem empregos e rendimento, melhorando as condições de trabalho e a protecção social e jurídica dos trabalhadores do sector informal. Seria ainda necessário adequar

as regulamentações de trabalho capazes de promover e organizar os produtores e trabalhadores do sector informal; criar mecanismos capazes de fornecer informações para análise da situação económica e social de certos grupos de trabalhadores de sector informal, tais como as mulheres, as crianças, as pessoas que migram das zonas rurais para urbanas.

Na ASS a economia informal deve coexistir com a economia formal, visto que, a economia informal contribui para o emprego e é uma das fontes de compensação à extrema fraqueza dos salários reais.

BIBLIOGRAFIA

Amaral, Ilídio, *Importância do Sector Informal da economia urbana em países da África Subsariana* Tese de mestrado, Finisterra, XL, 79, 2005.

Antunes, António R. and Cavalcanti, Tiago V. de V. *Custos De Legalização, Cumprimento De Contratos E O Sector Informal*, Boletim Económico. Banco de Portugal, 2006, 69-80.

Antunes, **Ricardo**, *Os sentidos do trabalho*, Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990 : a pobreza, Washington, D.C., 1990

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial : 1995, Banco Mundial, Washington, D.C., 1995

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial : 1997, Banco Mundial, Washington, D.C., 1997.

Becker, Gary S., *Crime and Punishment: An Economic Approach*, The Journal of Political Economy, 1968

Bérnard da Costa, A., *O Sector "informal" na cidade de Maputo. Famílias na periferia de Maputo: Estratégias de sobrevivência e reprodução social*, Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE, 2000, pp. 219-264,

Boserup, Ester, *Woman's Role in Economic Development*, London and New York, 1970.

Bouassa, Valentin Mbaga, *La sécurité sociale et le secteur informel*, Conférence internationale de recherche en sécurité sociale "an 2000" Helsinki, 25-27 septembre 2000

Breusch, **Trevor**, *Australia's Cash Economy: Are the Estimates Credible?* Economic Record, 2005a 81(255), pp.394-403.

Breusch, **Trevor**, *Estimating the Underground Economy Using Mimic Models* The Australian National University. School of Economics, Faculty of Economics and commerce, 2005b.

Campbell, John, *Conceptualizing Gender Relations and the Household in Urban Tanzania*, *in* CREIGHTON, Colin ed., *Gender, Family and Household in Tanzania*, Aldershot, Avebury, 1995.

Caplan, Pat, *In My Office We Don't Have Closing Hours: Gendered Household Relations in a Swahili Village in Northern Mafia Island*, *in* CREIGHTON, Colin, ed., *Gender, Family and Household in Tanzania*, Aldershot, Avebury, 1995.

Cebula, Richard J. *An Empirical Analysis of the Impact of Government Tax and Auditing Policies on the Size of the Underground Economy: The Case of the United States, 1973-94*, American Journal of Economics & Sociology, 1997, 56(2), pp. 173-85.

Charmes, Jacques, *Mesurer le non enregistré : un défi désormais relevé ?,* Le Courier, nº 178, 1999, pp 62-64

Charmes, **Jacques,** *Progress in Measurement of the informal Sector: Employment and Share of GDP*, in Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division (ed), Household Accounting: Experience in concepts and Compilation, Volume 1: Household Sector Accounts, New York: United Nations, 2000a.

Charmes, Jacques, *The Contribution of Informal Sector to GDP in Developing Countries: Assessment, Estimates, Methods, Orientations for the Future, Joint OECD-Eurostat-Russian Statistical State Committee Workshop on Measurement of the Non-Observed Economu*, Russian State Statistical Committee, Russian Federation, 16-20 October 2000b.

Chickering, A. Lawrence e Salahdine, Mohamed, *The Silent Revolution: the informal sector in five asian and near Eastern Countries*, San Francisco, Calif.: ICS Press; Lanham, Md. : Distributed to the trade by National Book Network, c1991.

Chong, Alberto and Gradstein, Mark, *Inequality and Informality*,Journal of Public Economics, 2007, 91(1-2), pp. 159-79.

Ducados, Henda Lucia e Ferreira, Manuel Ennes, *O Financiamento informal e as estratégias de sobrevivência económica das mulheres em Angola: a Kixikila no município do Sambizanga (Luanda)*, CESA – ISEG, Colecção Documentos de Trabalho nº53, Lisboa, 1998.

Feige, Edgar L., *Defining and Estimating Underground and Informal Economies: The New Institutional Economics Approach,* World Development, 1990, 18 (7), pp. 898-1002.

Feld, Lars P. and Frey, Bruno S., *Trust Breeds Trust: How Taxpayers Are Treated,* Economics of Governance, 2002, 3(2), pp. 87-99.

Ferreira, Catarina José Correia, *Corrupção e Desenvolvimento em África: uma análise do estado da com referência ao caso Quénia*, tese de mestrado, ISEG, Junho/2000.

Floriano, Aurélio Porfírio, *A Desindustrialização da África Subsariana: As Implicações Práticas de um Debate Teórico*, Tese de mestrado, ISEG, Abril de 2004.

Friedman, Eric; Johnson, Simon; Kaufmann, Daniel and Zoido Lobaton, Pablo, "Dodging the Grabbing Hand: The Determinants of Unofficial Activity in 69 Countries." Journal of Public Economics, 2000, 76(3), pp. 459-93.

Gbossa, Hubert Vihouénou (1999), Intégrer l'informel dans les systèmes d'information économique et la comptabilité nationale, Le Courier, nº. 178, pp. 77-78

Gërxhani, Klarita, *The Informal Sector in Developed and Less Developed Countries: A Literature Survey,* Public Choice, 2004.

Gonzalez de la Rocha, M. e Grispun, Alexandro, *Private Adjustments: Households, Crises and Work*, in Choices for the Poor: Lessons from National Poverty Strategies, UNDP (United Nations Development Programme), 2001.

Grabiner, Lord, *The Informal Economy*, 2000

Hugon, Philippe, *L'Economie de l'Afrique,* Editora La Découverte, Paris, 1999, 2ª ed

Hussmanns, Ralf (2000), The informal sector: Statistical definition and survey mathods, in Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division (ed.), Household Accounting: Experience in Concepts and Compilation, Volume 1: Household Sector Accounts, New York: United Nations.

Johnson, Simon; Kaufmann, Daniel and Zoido-Lobation, Pablo, *Corruption, Public Finances, and the Unofficial Economy*, Policy Research Working Paper, Washington: The World Bank, 1998a.

Johnson, Simon; Kaufmann, Daniel and Zoido-Lobation, Pablo, *Regulatory Discretion and the Unofficial Economy*, The American Economic Review, 1998b, 88(2), pp. 387-92.

Kadokura, Takashi, *What Is the Underground Economy?* Japanese Economy, 2007, 34 (2), pp. 7-19. 120(3/4), pp. 267-300.

Kounkou, **Dominique**, *Pour une Renaisance de la tontine, L'Harmattan, 2008, Paris*

Kuehn, Zoë. *Tax Rates, Governance, and the Informal Economy in High-Income Countries,* Working Papers. Getafe: Universidad Carlos III de Madrid - Departamento de Economía, 2007.

Laguerre, M., *The informal city,* Macmillan Press Lda., London, 1994.

Lassen, David Dreyer, *Ethnic Divisions, Trust, and the Size of the Informal Sector,* Journal of Economic Behavior & Organization, 2006, 63, pp. 423-38.

Latouche, S., *L'Autre Afrique. Entre Don et Marché* , Paris, Albin Michel, 1998.

Lautier, Bruno, *idées recues et contestables sur le secteur informel*, Le Courier nº. 178, 1999, pp. 71-72.

Lautier, Bruno, *L'Économie Informelle dans le Tiers Monde*, Paris, La Découverte, 2004.

Lelart M. (ed), *La Tontine, pratique informelle d'épargne et de crédit dans les pays en développement*, John Libbey, Paris, 1990.

Lisboa, **Armando Melo**, *A Crítica de Karl Polanyi à Utopia do Mercado*, Socius Working Papers, nº2/2000.

Loayza, Norman V. and Rigolini, Jamele, *Informality Trends and Cycles*, World Bank Policy Research Working Paper. Washington: Banco Mundial, 2006.

Loforte, Ana Maria, *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*, Lisboa, ISCTE(Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), dissertação de doutoramento, mimeo, 1996.

Lopes, Carlos, *Luanda, cidade informal? Estudo de caso sobre o bairro Rocha Pinto, Estudos de Desenvolvimento nº 6: Urbanização acelerada em Luanda e Maputo – Impacto da guerra e das transformações sócio-economicas (décadas de 80' e 90'),* textos preliminares, Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA), 2001.

Lopes, Carlos, *Informalidade e Desenvolvimento: Algumas Pistas para Reflexão*, Congresso Internacional África Camina, Barcelona, 12-15 Janeiro 2004.

Lopes, Carlos M, *Roque Santeiro Entre Ficção e a Realidade,* Principia Estoril, 1ª Edição, Novembro 2007

Macuane, José Jaime, *Os Paradoxos do Desenvolvimento à La Carte*, artigo apresentado na XI Assembleia Geral da CODESRIA, Maputo 6 a 10 de Dezembro.

Martínez, Guillermo e Burke, Christopher, *África, la Nueva Frontera China*, Edición Especial del Boletin Governasia.

Mckinnon, Ronald I., *Money and Capital in Economic Development*, The Brookings Institution, Washington, D.C., USA, 1973.

McKinsey & Company. *Portugal 2010: Acelerar O Crescimento Da Produtividade - Resumo De Conclusões*, Lisboa: McKinsey & Company,2003a.

Nsengiyumva, **Marie-Joséphine**, *Secteur informel et politiques publiques en Afrique,* Institut Universitaire D'Etudes du Développement

OIT, *A OIT e a Economia Informal*, Escritório da OIT em Lisboa, 2006.

OIT, *Relatório sobre trabalho decente e a Economia Informal,* Conferência Geral da OIT (90ª sessão), 2002.

OIT, Relatório sobre Quénia 1970.

OMS/AFRO, *Situação da alimentação dos lactentes e crianças pequenas na África subsariana*, Escritório Regional Africano, Brazaville, 2001.

ONU, *Dévelopment du sector informel en Afrique*, New York, 1996.

Penouil, M., Lachaud, J.P., *Le development spontané: les activités informelles en Afrique*, A. Pedone, Paris, 1985.

PNUD, *Informe Annual 2007: La globalizacion en beneficio de todos*

PNUD, *Informe sobre el desarrollo humano 2007/2008, La lucha contra el cambio climático: solidariedad frente un mundo dividido*.

Queiroz, Francisco, *O Sector Informal de Economia em Angola (contributos para a sua contribuição e Enquadramento Jurídico-Económico),* Lisboa, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1996.

Schneider, Friedrich, *Size and Measurement of the Informal Economy in 110 Countries around the World*, Washington: World Bank, 2002, 50

Schneider, Friedrich and Enste, Dominik H., *Shadow Economies: Size, Causes, and Consequences*, Journal of Economic Literature, 2000, 38 (1), pp. 77-114.

Séruzier, M. (1996), Construire les Comptes de la Nation Selon le SCN 1993, Collection Économie et Statistiques Avancées, Paris : Economica.

Shaw, Edward, "Financial Deepening in Economic Development", Oxford University Press, New York, 1973.

Soares, Elsa Isabel Pacheco, *A Aplicabilidade do Sistema de Contabilidade Nacional Vigente nos Contextos não Ocidentais Africanos*, tese de mestrado, ISEG, Julho de 2002.

Soto, H., (1994), *L'Autre Sentier, La Révolution Informelle*, Paris, La Découverte

Thioye, Amadou Diagne, *L'entreprise informelle au Sénégal :réalité, comportements et mode d'évolution,* Paris, Thèse pour le doctorat, Université de Paris 1 Pantheon-Sorbonne, 1984.

Tokman, **Victor**, *De la informalidad a la modernidad*" Boletin Cinterfor, 2001.

Torres, **Adelino**, *Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI*, 1998 Assírio Bacelar.

Torres, **Adelino,** *Concepções do desenvolvimento: incertezas e interrogações*, in Seminário Cultura do Desenvolvimento – Cultura e Desenvolvimento, Desenvolvimento da Cultura, organizado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2000, 19 de Outubro.

Tripp, Aili Mari, *Women and the Changing Urban Household Economy in Tanzania*, Journal of Modem African Studies, 1989.

Universidade Católica Portuguesa, *Economia Informal em Portugal*, Estudo elaborado pelo CEGEA da Universidade Católica Portuguesa Relatório Final, Julho 2008

Walther, Richard, *La formation profissionnelle en secteur informel (Note de problematique)*, Document de Travail Nº 15, AFD, mars 2006.

Zerbo, **Adama**, *Les économies urbaines subsahariennes et le problème de la mobilisation de ressources via le secteur informel*, Centre d'Economie du Développement - Université Montesquieu - Bordeaux IV.

PUBLICAÇÕES NA WEB:

http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/dcipedcap8.htm

http://www.bancomundial.org/

http://www.imf.org/external/spanish/index.htm

http://rhumanidades.ulusofona.pt/africanologia/pdf01/adelino_torres.pdf

www.adelinotorres.com

http://www.casafrica.es/

http://www.ilo.org/global/lang--es/index.htm

http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/informal/doc/ciosl_in.pdf

www.uneca.org/cfm/2008/docs/portuguese/climatechange.pdf

www.unhabitat.org

www.panapress.com

http://www.ieei.pt/files/Paper_JoaoCravinho_final.pdf

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/cooperao_china_africa.doc

http://www.focac.org/eng/

http://www.hm-treasury.gov.uk/press_36_00.htm

http://www.undp.org/dpa/publications/choicesforpoor/English/chap03

http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/186963

ANEXOS

TABELA I: Classificação da governação e consumos familiares na África tropical subsariana

País	Classificação baseada nos indicadores de governação do Banco Mundial 2002	Classificação baseada no índice de transparência internacional 2003	Classificação da Freedom House 2003	Despesa em consumo final das famílias per capita, 2000 (1980 = I00)
Benin	Boa	n.d.	Livre	98,9
Burkina Faso	Boa	n.d.	Parcialmente livre	111
Gana	Boa	Média	Livre	92,8
Madagáscar	Boa	Boa	Parcialmente livre	64
Malawi	Boa	Boa	Parcialmente livre	112,2
Mali	Boa	Boa	Livre	95,3
Mauritânia	Boa	Boa	Parcialmente livre	104,8
Senegal	Boa	Boa	Livre	99,6
Camarões	Média		Não Livre	102,5
Rep. Centro Africana	Média	n.d.	Parcialmente livre	n.d.
Chade	Média	n.d.	Não Livre	n.d.
Rep. do Congo	Média	Média	n.d.	80,5
Costa do Marfim	Média	Média	Não Livre	78,2
Eritreia	Média	n.d.	Não Livre	n.d.
Etiópia	Média	Boa	Parcialmente livre	n.d.
Quénia	Média	Média	Parcialmente livre	100,7
Moçambique	Média	Boa	Parcialmente livre	79,4

Níger	Média	n.d.	Parcialmente livre	n.d.
Nigéria	Média	Média	Parcialmente livre	n.d.
Ruanda	Média	n.d.	Não Livre	83,9
Serra Leoa	Média	Boa	Parcialmente livre	43,9
Tanzânia	Média	Boa	Parcialmente livre	n.d.
Togo	Média	n.d.	Não Livre	112,4
Uganda	Média	Média	Parcialmente livre	n.d.
Zâmbia	Média	Boa	Parcialmente livre	47
Angola	Má	Má	Não livre	n.d.
Burundi	Má	n.d.	Não livre	65
Rep. Dem. Congo	Má	n.d.	Não livre	45,1
Sudão	Má	Média	Não livre	n.d.
Zimbabué	Má	Média	Não livre	88,4
Libéria	Má	n.d.	Não livre	n.d.
Somália	Má	n.d.	Não livre	n.d.
Guine	Média	n.d.	Não livre	n.d.

Fonte: Sachs e tal. (2004)

Determinado a partir dos resíduos de uma regressão entre os índices de governação dos países e o rendimento per capita (em paridade de poder de compra); países com resíduos mais de um desvio-padrão abaixo do valor previsto são classificados como tendo «boa» ou «má» governação, respectivamente, e os países com resíduos dentro de um desvio-padrão são classificados como tendo governação «média». n.d. – não disponível

LISTA DE QUADROS

QUADRO-1 - *NOVOS ACORDOS COM O FMI POR PAÍSES DA ÁFRICA SUBSARIANA, 1980-1989*

Países	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Burundi							BM/FMI		FMI	FMI
Comoros										
Guiné							BM/FMI	FMI	BM	
Lesoto										
Tanzânia	FMI	BM					FMI	BM/FMI		BM
Benin										BM/FMI
Burkina Faso						BM				
Guiné Equatorial									FMI	
Etiopia										
Mali				FMI					BM/FMI	BM
Mauritania						BM/FMI	BM/FMI	BM/FMI		FMI
Zimbabwe				BM/FMI						
Costa do Marfim		FMI	BM		BM/FMI	FMI	BM/FMI		FMI	
Quénia	FMI/BM		BM	BM/FMI		FMI	BM		BM/FMI	BM/FMI
Serra Leoa					BM/FMI		FMI			
Guiné-Bissau						BM		BM/FMI	BM	
Senegal	FMI	BM/FMI	FMI			FMI	BM/FMI	BM/FMI	FMI	
Togo				BM/FMI	FMI	BM/FMI	FMI		BM/FMI	FMI
Uganda			FMI	BM/FMI				FMI	BM	FMI
Chade								FMI	BM	BM
Gana				BM/FMI	BM/FMI	BM	BM/FMI	BM/FMI	BM/FMI	BM
Malawi		BM	FMI	BM/FMI	BM		BM/FMI		BM/FMI	
Zambia		FMI		FMI	BM/FMI	BM	BM/FMI			
Congo							FMI	BM		

Madagascar						BM/FMI	BM/FMI	BM/FMI	BM/FMI	FMI
Moçambique								FMI	BM	BM
Niger						FMI	BM/FMI		FMI	
Camarões									FMI	BM
República Centro Africana						FMI		BM/FMI	BM	
Gambia							FMI	BM	FMI	BM
Ruanda										
Djibuti										
São Tomé e Principe								BM		FMI
Cabo Verde										
Zaire							BM/FMI	BM/FMI		FMI
Gabão							FMI		BM	
Nigeria					BM			BM/FMI		BM/FMI
Somalia							BM	FMI		BM

Fonte: World Bank (1990), Report on Adjustment Lending II: Policies to the recovery of Growth, World Bank

QUADRO-2 - *MEDIDAS DE ESTABILIZAÇÃO DO FMI*

Medidas de Estabilização	Efeitos desejados
SECTOR EXTERNO	
• Desvalorização da taxa de câmbio real	• Aumento da competitividade externa, diminuição das importações; aumento das exportações
• Eliminação dos subsídios às importações e redução dos impostos sobre exportações	• Diminuição das despesas públicas, incentivo da exportação, diminuição das receitas públicas e, consequentemente, do peso do Estado na economia
• Liberalização das importações	• Aumento da concorrência e da eficiência na utilização dos recursos; possibilidades das empresas nacionais acederem aos inputs importados
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL	
• Despedimento e reforma de pessoal excedentário	• Redução das despesas públicas e da procura
• Contenção dos salários	• Redução das despesas públicas
• Redução dos investimentos públicos	• Redução do défice do sector público através do aumento das receitas e diminuição das despesas; diminuição da procura global
• Aumento do preço dos serviços públicos	• Aumento da rentabilidade das empresas públicas
SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO	
• Redução dos efectivos	• Controlar a oferta da moeda, diminuindo a procura e especialmente as importações
SECTOR FINANCEIRO	
• Limitação do crédito ao Estado, às empresas públicas e aos sectores não exportadores (política selectiva de crédito)	• Incentivo à poupança; controlo da procura agregada através da diminuição do investimento
• Fixação (aumento) de taxas de juro reais positivas para as operações passivas e activas	• Restabelecer o sistema de mercado
PREÇOS E COMÉRCIO	• Idem; diminuir a procura e as despesas públicas
•	
• Liberalização do comércio e dos preços	
• Fim dos preços subsidiados	

Serra, António M. de A. (2002), políticas Económicas de Desenvolvimento, Cap. 9 – Os Programas de Ajustamento: Características, resultados e críticas, Apontamentos do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

QUADRO-3 - *MEDIDAS DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL DO BANCO MUNDIAL*

MEDIDAS DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL	EFEITOS DESEJADOS
SECTOR EXTERNO	
• Liberalização das importações e das exportações • Liberalização das taxas de câmbio • Legislação para atrair investimento estrangeiro	• Permitir que o sistema de preços e as vantagens comparativas actuem • idem • Rentabilizar sectores, sobretudo o capital intensivo (ex: minas)
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL	
• Aumento da produtividade dos funcionários e desburocratização • Alargar o leque salarial • Reforma fiscal • Alteração das prioridades orçamentais e do investimento público	• Racionalizar o aparelho do Estado • Incentivar trabalho mais qualificado • Aumentar as receitas do Estado • Alterar a acção do Estado na economia
SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO	
• Reforma, encerramento ou privatização das empresas públicas	• Rentabilizar o sector e diminuir a acção do Estado na economia
SECTOR FINANCEIRO	
• Crédito selectivo • Liberalização da actividade bancária	• Incentivar o investimento produtivo • Aparecimento de bancos privados
MERCADO DE TRABALHO	
• Liberalização da legislação dos despedimentos • Supressão de qualquer tipo de indexação salarial	• Assegurar a mobilidade do factor trabalho • Assegurar a acção do mercado
SECTOR SOCIAL	
• Investimento em capital humano a nível básico • Combate a pobreza, sobretudo urbana	• Apoiar mais e racionalizar a saúde, a educação, a nutrição e água potável; minorar os efeitos sociais negativos do ajustamento

SECTOR INDUSTRIAL E MINEIRO • Formação e incentivos a empresários e trabalhadores SECTOR AGRÍCOLA E DAS PESCAS • Aumento de preços ao produtor, sobretudo dos bens exportáveis • Incentivos e apoios às estruturas privadas e de escoamento de produção com preços livres	• Aumento da produtividade • Melhoria dos termos de troca • Reforço da produção agrícola como base de desenvolvimento

FONTE: Proença, Carlos Strangreman, Políticas Economicas de Estabilização e de Ajustamento Estrutural na África Subsariana, Departamento de Economia do ISEG/UTL, 22/Outubro/1991, p.9.

QUADRO-4 - *ELEMENTOS SOBRE O CRESCIMENTO DO PIB DA ÁFRICA SUBSARIANA (%)*

	1961 – 1973	1973 - 1980	1980 - 1990	1990 - 1995	1997[81]
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	2,6	2,8	3,1	2,6	2,6
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB (a)	4,6	2,7	2,1	1,4	3,7
TAXA DE INVESTIMENTO BRUTO % DO PIB (b) I	15,0	20,6	16,0	19,0	20,0
COEFICIENTE MARGINAL DE CAPITAL (b) /(a)	3,3	7,6	7,6	13,5	5,4
ESTRUTURA DO PIB[82] NO FINAL DE PERÍODO Y (%)	100	100	100	100	100
CONSUMO PRIVADO Cp CONSUMO PÚBLICO Cg	72 11	66 13	68 15	67 17	650 15
EXPORTAÇÃO X IMPORTAÇÃO M	22 19	26 25	29 28	28 31	28 28
POUPANÇA DOMÉSTICA BRUTA S	14	22	16	16	17

FONTE: "STATISTIQUES" BANCO MUNDIAL (1991)

[81] BAD (1998)

[82] Y = Cg+Cp+I+X-M. Supondo que a autorização representa 10% do capital, o coeficiente líquido passaria de 4,0 (1973 – 1980) para 2,9 (1980 – 1990).

QUADRO-5 - *EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM ÁFRICA DESDE AS INDEPENDÊNCIAS*

	PROGRESSO	REGRESSÃO
ESPERANÇA DE VIDA	A ESPERANÇA DE VIDA É DE 51,8 ANOS EM 1990, O QUE SIGNIFICA MAIS 11,8 ANOS DO QUE EM 1960	AMEAÇA NAS ZONAS EM CAOS (EPIDEMIAS, GUERRAS, FOMES)
SAÚDE	48% DA POPULAÇÃO TEM ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, CONTRA 30% EM 1960. 40% DA POPULAÇÃO TEM ACESSO A ÁGUA POTÁVEL, CONTRA 27% EM 1960. AS DESPESAS PÚBLICAS DE SAÚDE PASSARAM DE 0,7% DO PIB EM 1960 PARA 1% EM 1990.	EM 1,7 MILHÕES DE PESSOAS CONTAMINADAS COM O VIRUS DE SIDA EM 1992, METADE VIVIA EM ASS. AS DESPESAS PÚBLICAS SOCIAIS BAIXARAM DURANTE A DÉCADA DE 1980 SEM QUE FOSSEM SUBSTITUIDAS DE FORMA SATISFATÓRIA PELOS FINANCIAMENTOS PRIVADOS.
ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO	O COEFICIENTE DE DEPENDÊNCIA ALIMENTAR (IMPORTAÇÃO/CONSUMO) DESCEU DE 13,1% EM 1960 PARA 10% EM 1990.	A RAÇÃO CALÓRICA É DE 89% DO VALOR NORMAL EM 1990, CONTRA 92% EM 1965.
ENSINO	A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO É DE 51%, CONTRA 27% EM 1970 AS TAXAS CONSOLIDADAS DE ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA SÃO DE 46%, CONTRA 26% EM 1970 AS DESPESAS PÚBLICAS DE ENSINO, QUE ERAM DE 1,3% DO PNB EM 1960, ATINGIAM 3,1% EM 1990.	CONSTATA-SE UMA DETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DA FORMAÇÃO E UM ÊXODO DAS COMPETÊNCIAS (MAIS DE 60 MIL QUADROS MÉDIOS E SUPERIORES ENTRE 1985 E 1990). AS TAXAS BRUTAS DE ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA DE 80% EM 1980 PASSARAM PARA 75% EM 1995.
MULHERES	AS PARIDADES ENTRE SEXOS REDUZIRAM-SE AO NÍVEL DO ENSINO, DA ALFABETIZAÇÃO E DO ACESSO ÀS NECESSIDADES FUNDAMENTAIS.	A TAXA DE ANALFABETISMO É DE 53% PARA AS MULHERES, CONTRA 34% PARA OS HOMENS.
CRIANÇAS	A TAXA DE MORTALIDADE DAS CRIANÇAS DE MENOS DE 5 ANOS CAÍU DE 284 POR MIL EM 1960 PARA 175 POR MIL EM 1990 E 147 POR MIL EM 1996.	QUASE UM MILHÃO DE CRIANÇAS SÃO PORTADORAS DE VÍRUS DA SIDA.
RENDIMENTO	O PIB REAL AJUSTADO POR HABITANTE, QUE ERA DE 644 DÓLARES EM 1960, ATINGIA 1187 DÓLARES (USD) EM 1990	OS SÁLARIOS REAIS DESCERAM DE ¼ ENTRE 1970 E 1988. A TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PNB POR HABITANTE DE 1,5 (1965-1980) CAÍU PARA -1,7% (1980-1989)

FONTES: (PNUD, 1992), (BANCO MUNDIAL 1998).

QUADRO-6 - *EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO AFRICANA (1960 – 2025)*

	1960	1990	2000	2025[83] PREVISÕES
SAHEL	16,7	36,5	49,6	100
AFRICA OCIDENTAL LITORAL	21,1	48,8	67,6	125
NGÉRIA	42,3	95,0	130,0	260
AFRICA CENTRAL	11,7	24,4	33,4	65
GRANDES LAGOS	20,9	48,3	66,8	126
ZAÍRE	15,3	35,6	49,2	86
AFRICA AUSTRAL	35,2	94,2	119,0	221
OCEANO ÍNDICO	6,2	13,8	18,8	32
AFRICA ORIENTAL	53,3	125,1	172,4	347
ETIÓPIA	24,2	49,2	66,4	159
AFRICA DO SUL	17,4	35,3	43,7	65
TOTAL	210	500	690	1340

FONTE: Estatísticas das Nações Unidas (FNUAP)

[83] As previsões para o ano 2025 são muito incertas, tendo especialmente em conta os riscos devidos ao SIDA.

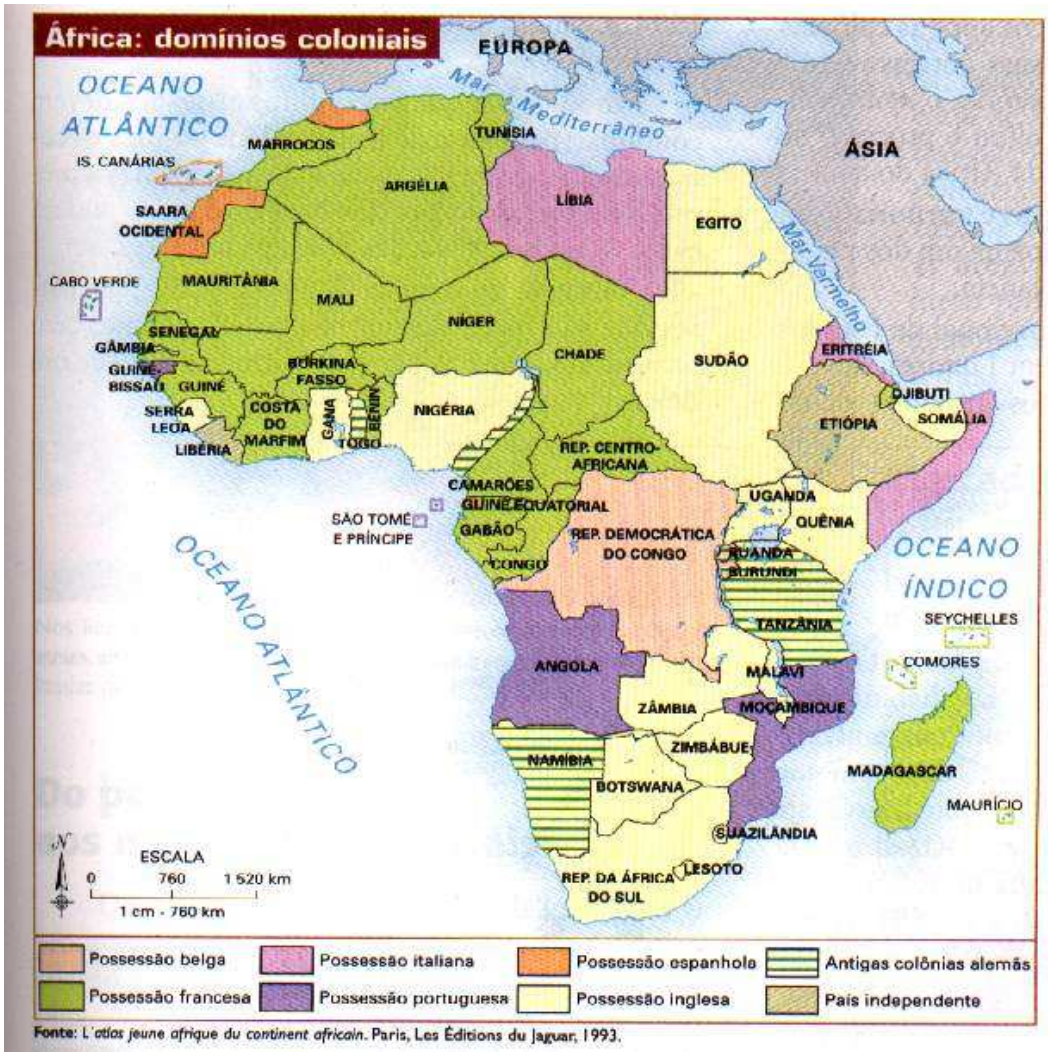
QUADRO-7 - ***OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO***

1º	Erradicar a pobreza extrema e a fome
2º	Atingir a educação primária universal
3º	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4º	Reduzir a mortalidade infantil
5º	Melhorar a saúde maternal
6º	Combater o HIV/sida, a malária e outras doenças
7º	Assegurar a sustentabilidade ambiental
8º	Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

MAPAS DE ÁFRICA

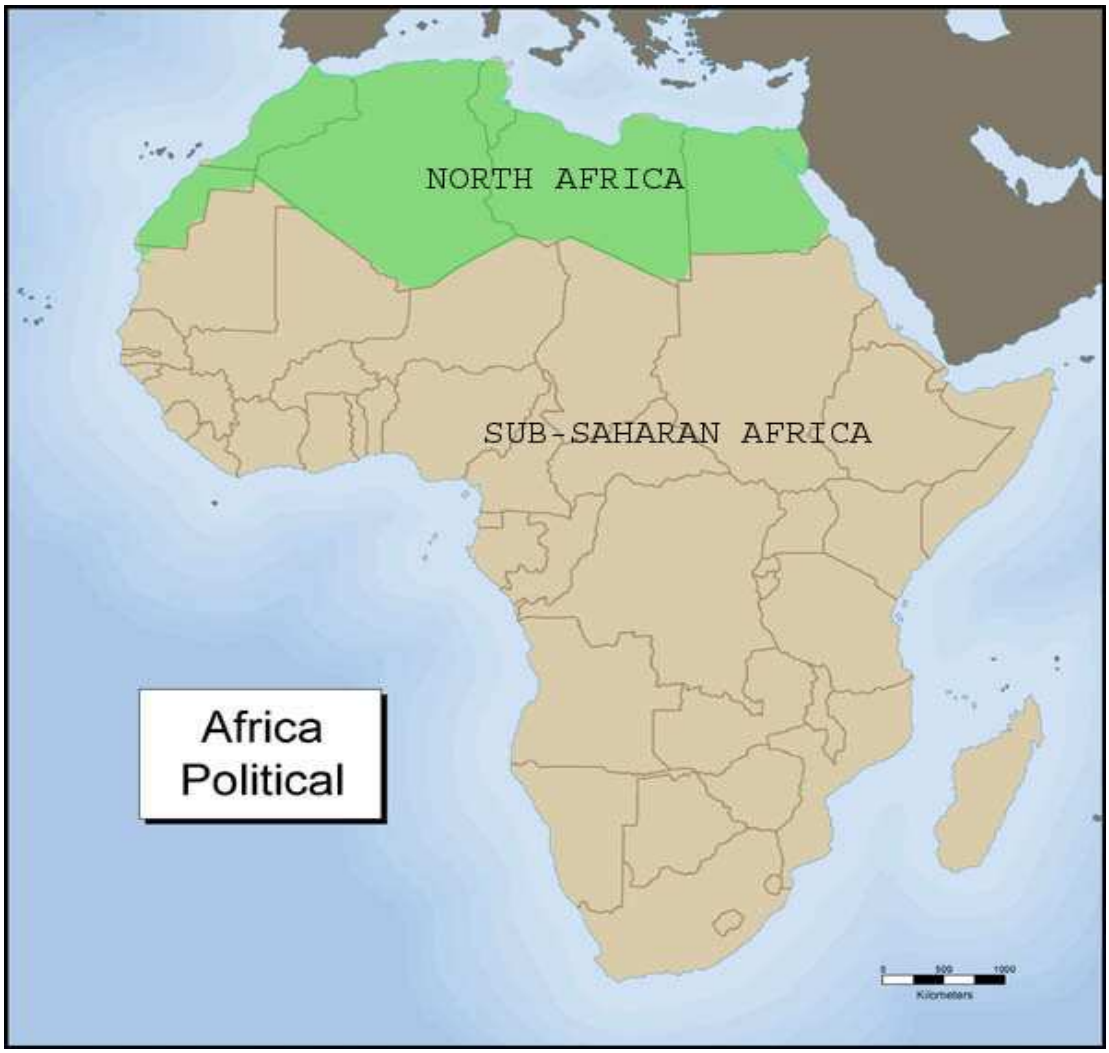
ÁFRICA:

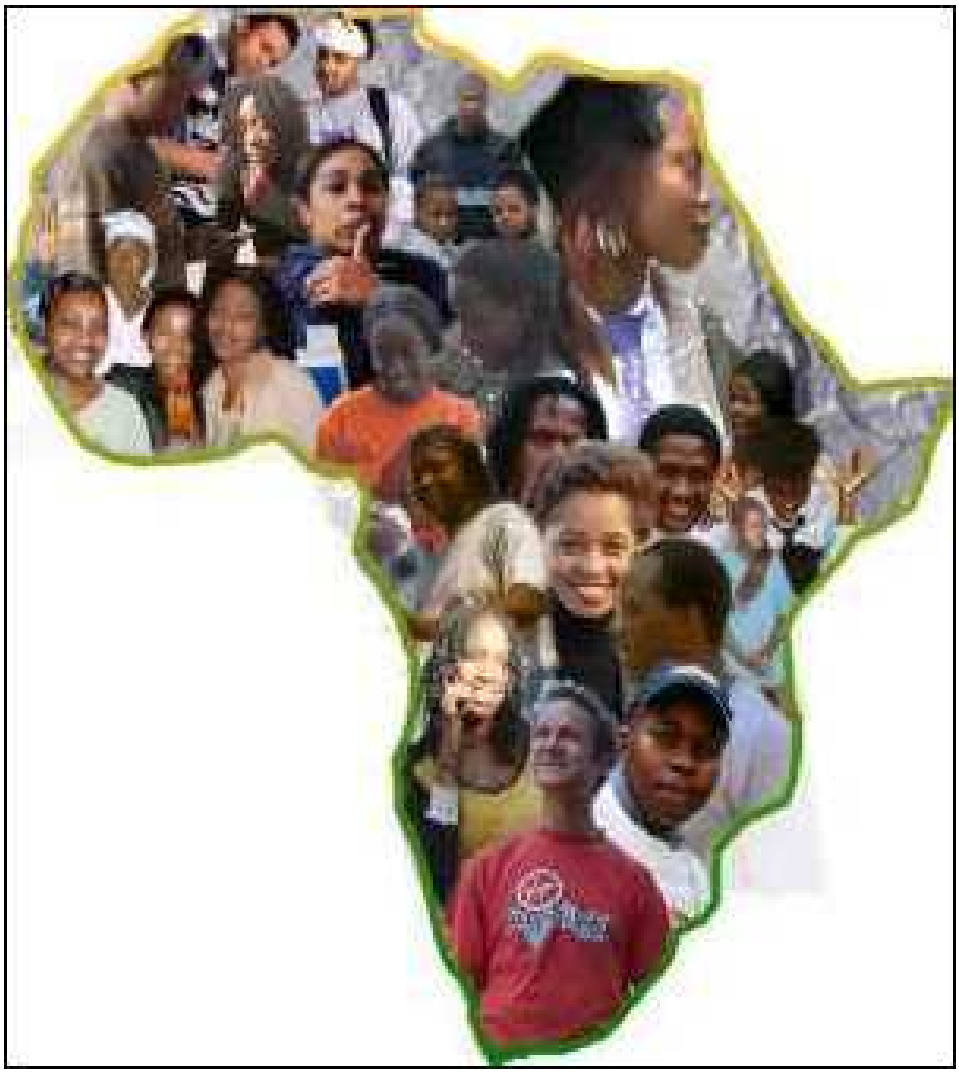
MAPA DE ÁFRICA DURANTE O PERÍODO COLONIAL



Fonte: *L'atlas jeune afrique du continent africain*. Paris, Les Éditions du Jaguar, 1993.

ÁFRICA DO NORTE OU MAGREB E ÁFRICA SUBSARIANA



PAÍSES DA ÁFRICA APÓS AS INDEPENDÊNCIAS

ÁFRICA GLOBAL E MULTICULTURAL